

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
DOUTORADO EM PSICOLOGIA

MARIA AUGUSTA SOARES DE OLIVEIRA FERREIRA

COMPORTAMENTO PRÓ-AMBIENTAL DE SERVIDORES TERCEIRIZADOS
PARTICIPANTES DE PROGRAMAS DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL EM ÓRGÃOS
PÚBLICOS FEDERAIS

RECIFE, NOV /2022

MARIA AUGUSTA SOARES DE OLIVEIRA FERREIRA

**COMPORTAMENTO PRÓ-AMBIENTAL DE SERVIDORES TERCEIRIZADOS
PARTICIPANTES DE PROGRAMAS DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL EM ÓRGÃOS
PÚBLICOS FEDERAIS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco como parte dos requisitos para obtenção do grau de doutor em Psicologia.

Área de Concentração: Família, Interação Social e Saúde

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Suely de Melo Santana

RECIFE, NOV/2022

MARIA AUGUSTA SOARES DE OLIVEIRA FERREIRA

COMPORTAMENTO PRÓ-AMBIENTAL DE SERVIDORES TERCEIRIZADOS PARTICIPANTES DE PROGRAMAS DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL EM ÓRGÃOS PÚBLICOS FEDERAIS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco e aprovada após arguição da banca examinadora, como parte dos requisitos para obtenção do grau de doutora em Psicologia Clínica.

Data da Defesa pública: 10/11/2022

BANCA EXAMINADORA:



Profª. Drª. Suely de Melo Santana (Orientadora e Presidente da Banca Examinadora)

Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP



Prof. Dr. Cícero Roberto Pereira (1º Examinador Externo)

Universidade de Lisboa - ICS-PT

Prof. Dr. José Ricardo Costa de Mendonça (2º Examinador Externo)

Universidade Federal de Pernambuco - UFPE



Prof. Dr. Tailson Evangelista Mariano (1º Examinador Interno)

Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP



Prof. Dr. Paulo de Tarso Monteiro de A. Melo (2º Examinador Interno)

Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP

F383c Ferreira, Maria Augusta Soares de Oliveira.
Comportamento pró-ambiental de servidores
terceirizados participantes de programas de gestão
socioambiental em órgãos públicos federais / Maria
Augusta Soares de Oliveira Ferreira, 2022.
115 f. : il.

Orientadora: Suely de Melo Santana.
Tese (Doutorado) - Universidade Católica de
Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Psicologia.
Clínica. Doutorado em Psicologia Clínica, 2022.

1. Homem - Influência do meio ambiente - Aspectos
psicológicos. 2. Psicologia cognitiva. 3. Psicologia ambiental.
4. Comportamento humano - Aspectos psicológicos.
5. Gestão ambiental. I. Título.

CDU 159.922.2

Pollyanna Alves - CRB4/1002

Louvado sejas, meu Senhor,

com todas as tuas criaturas.

(São Francisco de Assis)

Ó Deus dos pobres,

ajudai-nos a resgatar

os abandonados e esquecidos desta terra

que valem tanto aos vossos olhos.

Curai a nossa vida,

para que protejamos o mundo

e não o depredemos,

para que semeemos beleza

e não poluição nem destruição.

(Francisco (Papa), 2015)

DEDICATÓRIA

Aos meus amores Josué, João Vítor e Clarissa, e aos meus pais, Regina e Joaquim, pelo afeto e ensinamentos que sustentam a minha vida.

Aos servidores públicos que, mesmo diante das opressões geradas por um sistema econômico degradante, ousam proteger a natureza e semear beleza, em benefício de todas as criaturas e em verdadeiro louvor ao Criador.

AGRADECIMENTOS

Um trabalho de tese nunca é um trabalho solitário, depende da contribuição de muitas pessoas; embora esse seja um clichê presente em muitas teses, também é muito verdadeiro nesse trabalho e faço questão de repeti-lo aqui para embasar meus agradecimentos, pois ousou nominar algumas pessoas que contribuíram mais diretamente, concretamente, para esse trabalho, já que seria impossível citar todos...

A Josué, João Vitor e Clarissa, pelo amor incondicional, apoio incomensurável, destacando-se a revisão dos textos em português e em inglês;

À orientadora, Professora Dra. Suely Santana, pela sua sabedoria, sensibilidade e apoio, fundamentais na condução desse trabalho, tanto que se tornou uma amiga;

Aos meus amigos/as inicianos/as, pelos conselhos e ensinamentos, inspirados em Santo Inácio, que tanto me ajudaram nessa caminhada, Monica Virginia, Marluce, Pe Mota e Pe Lúcio;

À Julia Santos e Fernanda Vidal pelo apoio logístico e afetivo na minha jornada em Nova York;

Aos participantes da pesquisa, pela sua disponibilidade e atenção, por nos brindarem com seus depoimentos de cuidados com o meio ambiente;

A Nélia de Paula, Isabel Bezanilla e Tany Rejala, pelas traduções em espanhol;

À Professora Susan Saegert, por me abrir as portas da City University of New York e proporcionar a estrutura daquela Universidade, relevante para o aperfeiçoamento da minha pesquisa.

Às professoras/es e funcionários/as da Universidade Católica de Pernambuco, em nome de quem agradeço a esta Universidade pela acolhida e ambiente propícios ao desenvolvimento do conhecimento;

À Advocacia-Geral da União (Escola da AGU, CJU/PE e SAD/PE) e ao Tribunal Regional Eleitoral em Recife, em especial a seus gestores da área ambiental, Patrícia Amorim e Sinara Batista pelo dedicado acolhimento desde o início e pelo apoio e estrutura necessária à realização da pesquisa;

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, pela bolsa concedida para o estágio doutoral em Nova York, que muito contribuiu para a melhoria deste trabalho.

RESUMO

Ferreira, M. A. S. O. (2022). *Comportamento pró-ambiental de servidores terceirizados participantes de programas de gestão socioambiental em órgãos públicos federais* (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Universidade Católica de Pernambuco.

O comportamento e estilo de vida humanos, por vezes, contribui para a degradação acelerada do meio ambiente. No campo da psicologia, uma área designada por psicologia ambiental, investiga o impacto das relações homem-natureza em busca de soluções para preservação do meio ambiente, estimulando a adoção de comportamentos pró-ambientais. Estes são entendidos enquanto comportamentos protetores e promotores de um meio ambiente saudável. A Teoria Social Cognitiva (TSC), que embasa o presente estudo, tem sido amplamente utilizada na compreensão dessas condutas e tem contribuído na melhoria da gestão socioambiental. Especialmente, adotaremos os conceitos de autoeficácia e agência moral para o entendimento da expressão desse tipo de comportamento nos diferentes contextos de vida dos servidores. Enquanto o conceito de agência moral remete aos padrões morais como estimuladores ou inibidores de determinados comportamentos, o conceito de autoeficácia se refere à crença na capacidade de agir em conformidade com esses padrões em busca de resultados almejados. Nessa perspectiva, ambos conceitos irão influenciar na adoção do comportamento pró-ambiental. Os comportamentos investigados dizem respeito à economia de água e energia, e a destinação correta de resíduos nos contextos laboral, doméstico e outros. Dito isso, o objetivo desse estudo foi investigar a relação entre comportamentos pró-ambientais, crença de autoeficácia e agência moral, de servidores terceirizados participantes dos programas de gestão socioambiental de dois órgãos públicos federais em Recife. O estudo seguiu um delineamento misto (QUAN-QUAL), no qual foi utilizada uma escala de autoeficácia ambiental, aplicada a 122 servidores terceirizados e, dentre estes, foram entrevistados 31 servidores da limpeza e da copa, por se tratar de servidores que lidam mais diretamente com os recursos naturais. Na fase quantitativa, foi identificado predominantemente um perfil do sexo masculino (63,1%), com ensino médio completo (67,2%), tendo renda familiar entre 0 a 2 salários mínimos (83,6%). A maioria havia recebido treinamento (76,2%) há cerca de oito meses (66,7%). Quanto às funções, verificou-se que a maioria exercia apoio administrativo interno (30,33%) e externo (26,23%), seguidos por atividades relacionadas à limpeza (21,31%), à copa (8,20%), e técnicos de manutenção (5,74%). Não foram encontradas diferenças significativas em relação à percepção de autoeficácia em face das variáveis sociodemográficas. Na fase qualitativa, destacou-se, a partir de uma análise de conteúdo temática, as ações de economizar, reutilizar, descartar corretamente, orientar, reportar e reclamar em face de problemas ambientais ou comportamentos anti-ambientais presenciados pelos servidores. A análise das entrevistas revelou a prática de comportamentos pró-ambientais nos ambientes laboral, familiar e em outros contextos, permeada por um elevado sentido de eficácia nos processos de autorregulação e elementos da agência moral. Percebeu-se a pertinência da aplicação da TSC para análise desses comportamentos, como contribuição para a gestão pública socioambiental. Foram feitas recomendações para o aperfeiçoamento dos programas, especialmente estratégias de gestão focadas na percepção de autoeficácia, bem como um maior investimento em infraestrutura adequada à promoção dos comportamentos pró-ambientais.

Palavras-chave: Comportamento Pró-Ambiental. Gestão Ambiental. Servidor Público. Serviços Terceirizados. Teoria Social Cognitiva.

ABSTRACT

Ferreira, M. A. S. O. (2022). *Comportamento pró-ambiental de servidores terceirizados participantes de programas de gestão socioambiental em órgãos públicos federais* (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Universidade Católica de Pernambuco.

Human behavior and lifestyle sometimes contribute to the accelerated degradation of the environment. In the field of psychology, an area known as environmental psychology, it investigates the impact of man-nature relationships in search of solutions to preserve the environment, encouraging the adoption of pro-environmental behaviors. These are understood as protective behaviors and promoters of a healthy environment. The Social Cognitive Theory (SCT), which supports the present study, has been widely used to understand these behaviors and has contributed to the improvement of socio-environmental management. In particular, we will adopt the concepts of self-efficacy and moral agency to understand the expression of this type of behavior in the different life contexts of civil servants. While the concept of moral agency refers to moral standards as stimulators or inhibitors of certain behaviors, the concept of self-efficacy refers to the belief in the ability to act in accordance with these standards in search of desired results. From this perspective, both concepts will influence the adoption of pro-environmental behavior. The behaviors investigated concern the saving of water and energy, and the correct disposal of waste in work, domestic and other contexts. That said, the objective of this study was to investigate the relationship between pro-environmental behavior, self-efficacy and moral agency, of outsourced workers participating in socio-environmental management programs of two federal public agencies in the city of Recife. The study followed a mixed design (QUAN-QUAL), in which an environmental self-efficacy scale was used, applied to 122 outsourced workers and, among these, 31 cleaning and pantry workers were interviewed, as they are servers that deal more directly with natural resources. In the quantitative phase, a predominantly male profile was identified (63.31%), with complete secondary education (67.2%), with a family income between 0 and 2 minimum wages (83.6%). Most had received training (76.2%) for about eight months (66.7%). As for the functions, it was found that the majority provided internal (30.33%) and external (26.23%) administrative support, followed by activities related to cleaning (21.31%), to the pantry (8.20%), and maintenance technicians (5.74%). No significant differences were found in relation to the perception of self-efficacy in the face of sociodemographic variables. In the qualitative phase, based on a thematic content analysis, the actions of saving, reusing, properly discarding, guiding, reporting and complaining in the face of environmental problems or anti-environmental behavior witnessed by servers were highlighted. The analysis of the interviews revealed the practice of pro-environmental behaviors in work, family and other contexts, permeated by a high sense of effectiveness in self-regulation processes and applying the SCT for the analysis of these behaviors was perceived as a contribution to socio-environmental public management. Recommendations were made for the improvement of the programs, especially management strategies focused on the perception of self-efficacy, as well as greater investment in adequate infrastructure to promote pro-environmental behaviors.

Keywords: Pro-Environmental Behavior. Environmental Management. Public Server. Third Party Services. Cognitive Social Theory,

RESUMEN

Ferreira, M. A. S. O. (2022). *Comportamento pró-ambiental de servidores terceirizados participantes de programas de gestão socioambiental em órgãos públicos federais* (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Universidade Católica de Pernambuco.

El comportamiento y los estilos de vida humanos a veces contribuyen a la degradación acelerada del medio ambiente. En el campo de la psicología, existe un área conocida como psicología ambiental que investiga el impacto de las relaciones hombre-naturaleza en la búsqueda de soluciones para la preservación del medio ambiente, fomentando la adopción de conductas proambientales. Estos se entienden como conductas protectoras y promotoras de un ambiente saludable. La Teoría Cognitiva Social (TCS), que sustenta el presente estudio, ha sido ampliamente utilizada para comprender estos comportamientos y ha contribuido para la mejora de la gestión socioambiental. En particular, adoptaremos los conceptos de autoeficacia y agencia moral para comprender la expresión de este tipo de comportamiento en los diferentes contextos de vida de los servidores públicos. Mientras que el concepto de agencia moral se refiere a los estándares morales como estimuladores o inhibidores de ciertos comportamientos, el concepto de autoeficacia se refiere a la creencia en la capacidad de actuar de acuerdo con estos estándares en la búsqueda de los resultados deseados. Desde esta perspectiva, ambos conceptos influirán en la adopción de comportamientos proambientales. Los comportamientos investigados se refieren al ahorro de agua y energía, y la correcta eliminación de residuos en contextos laborales, domésticos y otros. Dicho esto, el objetivo de este estudio fue investigar la relación entre los comportamientos proambientales, la creencia en la autoeficacia y la agencia moral, de trabajadores subcontratados que participan en programas de gestión socioambiental de dos agencias públicas federales en la ciudad de Recife. El estudio siguió un diseño de método mixto (QUAN-QUAL), en el que se utilizó una escala de autoeficacia ambiental, aplicada a 122 trabajadores subcontratados y, entre estos, 31 trabajadores de limpieza y despensa fueron entrevistados, ya que son servidores que tratan más directamente con los recursos naturales. En la fase cuantitativa se identificó un perfil predominantemente masculino (63,31%), con estudios secundarios completos (67,2%), con renta familiar entre 0 y 2 salarios mínimos (83,6%). La mayoría había recibido formación (76,2%) durante unos ocho meses (66,7%). En cuanto a las funciones, se encontró que la mayoría brindaba apoyo administrativo interno (30,32%) y externo (26,22%), seguido de actividades relacionadas con la limpieza (21,31%), a la despensa (8,19%) y técnicos de mantenimiento (5,73%). No se encontraron diferencias significativas en relación a la percepción de autoeficacia frente a variables sociodemográficas. En la fase cualitativa, a partir de un análisis de contenido temático, se destacaron las acciones de guardar, reutilizar, desechar adecuadamente, orientar y denunciar ante problemas ambientales o conductas antiambientales presenciadas por los servidores. El análisis de las entrevistas reveló la práctica de comportamientos proambientales en el trabajo, el hogar y otros contextos, permeados por un alto sentido de eficacia en los procesos de autorregulación y elementos de agencia moral. La pertinencia de aplicar la TCS para el análisis de estos comportamientos fue percibida como un aporte a la gestión pública socioambiental. Se hicieron recomendaciones para el mejoramiento de los programas, especialmente estrategias de gestión enfocadas en la percepción de autoeficacia, así como una mayor inversión en infraestructura adecuada para promover comportamientos proambientales.

Palabras-clave: Comportamiento proambiental. Gestión ambiental. Servidores Público. Servicios de Terceros. Teoría Cognitiva Social.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
PSICOLOGIA AMBIENTAL E A GESTÃO PÚBLICA SOCIOAMBIENTAL.....	14
1.1. Psicologia Ambiental e a Promoção do Comportamento Pró-Ambiental.....	14
1.2. Gestão Socioambiental na Administração Pública.....	17
TEORIA SOCIAL COGNITIVA APLICADA À GESTÃO SOCIOAMBIENTAL.....	25
2.1. Teoria Social Cognitiva: Autoeficácia e Agência Moral.....	25
2.2. Teoria Social Cognitiva, Gestão Socioambiental e Comportamento Pró-Ambiental.....	38
OBJETIVOS.....	47
3.1. Objetivo Geral.....	47
3.2. Objetivos Específicos.....	47
MÉTODO.....	48
4.1. Delineamento da Pesquisa.....	48
4.2. Local da Pesquisa.....	48
4.3. Participantes.....	48
4.3.1. Critérios de inclusão da Fase Quantitativa.....	49
4.3.2. Critérios de Inclusão da Fase Qualitativa.....	49
4.4. Instrumentos.....	49
4.5. Procedimento de Coleta.....	51
4.6. Procedimento de Análise de Dados.....	53
ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	54
5.1. Fase Quantitativa.....	54
5.2. Fase Qualitativa.....	58
DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
REFERÊNCIAS.....	81
APÊNDICES.....	91
Apêndice A - Questionário Sociodemográfico.....	923
Apêndice B - Roteiro da entrevista.....	945

ANEXOS.....	956
Anexo A - Escala de Autoeficácia Ambiental - EAA (Palacios & Aguayo, 2013).....	967
Anexo B - Email com a Autorização dos Autores da Escala Original.....	101
Anexo C - Escala de Autoeficácia Ambiental Traduzida e Adaptada para o Português.....	1012
Anexo D - Carta de Aceite.....	1066
Anexo E - Carta de Anuência - Advocacia-Geral da União.....	1077
Anexo F - Carta de Anuência - Tribunal Regional Eleitoral.....	1088
Anexo G - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE.....	1099
Anexo H - Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa.....	11010

INTRODUÇÃO

A degradação acelerada do meio ambiente, em grande parte causada pelo comportamento e estilo de vida humano, impulsiona a psicologia ambiental a contribuir em busca de soluções para o meio ambiente, a partir do estudo dos comportamentos pró-ambientais. Por comportamento pró-ambiental entende-se todo aquele que é promotor de um meio ambiente saudável (Krajhanzl, 2010).

O interesse por essa investigação surgiu da experiência profissional com a implantação de um programa de gestão socioambiental na Advocacia-Geral da União. A partir da aproximação profissional com essa temática, problematizou-se quais seriam os possíveis desdobramentos de políticas públicas que visam à promoção do comportamento pró-ambiental nas vivências do cotidiano de servidores terceirizados, seja no âmbito do trabalho, familiar ou social mais amplo. Em outras palavras, questionamos se e quais tipos de comportamentos seriam verificados em prol do meio ambiente. Em que medida esses comportamentos estariam relacionados, ou seriam melhor compreendidos pela Teoria Social Cognitiva.

Partimos da hipótese de que as pessoas, a partir do estímulo encontrado no contexto laboral, tenderiam a valorizar a conduta pró-ambiental, inclusive praticando-a em outros contextos de vida. Sendo assim, o presente estudo teve por objetivo investigar a relação entre comportamentos pró-ambientais, crença de autoeficácia e agência moral, dos servidores terceirizados, participantes dos programas de gestão socioambiental do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e da Advocacia-Geral da União (AGU) na cidade de Recife.

Neste sentido, objetivamos descrever os comportamentos pró-ambientais e como elas ocorrem a partir da estrutura dada pelos programas de gestão socioambiental desenvolvidos no TRE e na AGU; buscou-se identificar o perfil sociodemográfico e funcional dos servidores

terceirizados, além de analisar os relatos mais representativos que sinalizam comportamentos pró-ambientais e a presença de uma percepção de autoeficácia e elementos da agência moral.

A Teoria Social Cognitiva (TSC) serviu de referencial teórico para analisar quais os fatores que podem interferir e estimular o comportamento pró-ambiental. Particularmente, utilizando os conceitos de agência moral, entendendo que as pessoas procuram agir em conformidade com seus padrões morais, estimulando ou inibindo certos comportamentos a partir desses padrões (Bandura, 2006b) e autoeficácia, que é a crença do indivíduo em sua capacidade de agir para atingir os resultados almejados (Bandura, 2003) .

Este trabalho, portanto, partiu de uma visão geral da psicologia ambiental, passando por uma descrição sobre a Gestão Socioambiental na Administração Pública (capítulo 1), para, após a exposição acerca da TSC e da sua aplicação à gestão socioambiental (capítulo 2), descrever os objetivos (capítulo 3) e o método da pesquisa (capítulo 4) e, em seguida, analisar os resultados (capítulo 5). Por último, discutir os resultados à luz da TSC e tecer as considerações finais (capítulo 6) sobre as prováveis contribuições da TSC para o aperfeiçoamento dos programas de Gestão Socioambiental na Administração Pública (GSAP), para uma maior promoção do comportamento pró-ambiental entre os servidores públicos, em benefício da preservação da natureza, para as presentes e futuras gerações.

1. PSICOLOGIA AMBIENTAL E A GESTÃO PÚBLICA SOCIOAMBIENTAL

Inicialmente, trata-se de contextualizar esse estudo que se insere no âmbito da Psicologia Ambiental, e mais especificamente na parte dessa disciplina que estuda a promoção do comportamento pró-ambiental. Nesta investigação o comportamento pró-ambiental foi abordado no contexto de programas de gestão pública socioambiental, que são desenvolvidos na Administração Pública (AP), e serão adiante descritos.

1.1. Psicologia Ambiental e a Promoção do Comportamento Pró-Ambiental

A psicologia é chamada a contribuir com a promoção do comportamento pró-ambiental, que tem como base a preservação da natureza (Clayton et al., 2015) ao ser constatado que a degradação do ambiente e, em grande parte, os problemas ambientais, têm origem nas atividades humanas. A psicologia tem importante contribuição para a questão ambiental também por ser considerada uma área *hub* da ciência (Cacioppo, 2007; Clayton et al., 2016), ou seja, para onde convergem e dialogam várias outras disciplinas a partir de sua perspectiva. Nesse sentido, a American Psychological Association (APA – Associação Americana de Psicologia) lançou em 2008 uma força tarefa para analisar o papel da psicologia, para entender e propor soluções - indicando também linhas de pesquisas para o enfrentamento das mudanças climáticas (Swim et al., 2009).

Uma vez compreendido o problema ambiental como humano-ambiental, a psicologia desempenha um importante papel para entender como se dá a interação ser humano – ambiente, os comportamentos humanos, suas percepções e motivações, as (in) habilidades que interferem no meio ambiente e, desse modo, intervir, com sua pesquisa e a ação dos profissionais, para a

preservação do meio ambiente e para a qualidade de vida das pessoas, tanto individual como socialmente (Clayton et al., 2016).

A psicologia pode ajudar a entender o ser humano não apenas como parte do problema ambiental, mas como parte da solução, integrando-o ao meio ambiente, de modo a termos uma percepção socioambiental dos ecossistemas mais adaptativa e com vistas a favorecer a preservação (Clayton et al., 2016). Ademais, o ser humano não apenas influencia, mas é influenciado pelo meio ambiente, o que aliás é uma premissa básica da concepção triádica de Bandura.

Conforme a definição da APA (2014) os psicólogos que trabalham na área ambiental e do clima buscam soluções para a questão do aquecimento global, para a proteção e conservação ambiental, a partir do estudo de como o comportamento humano está implicado nessas questões e também como o ser humano é atingido pelos problemas socioambientais atuais, desde as questões relacionadas aos ambientes urbanos, às casas e escritórios, até os desastres ambientais, e a sua influência na saúde mental das pessoas.

A psicologia ambiental pode contribuir com a solução de problemas relacionados à interação ser humano – ambiente, em diversas subáreas de pesquisa, conhecimento e atuação. Dentre essas subáreas, Clayton et al. (2016) e Reser (1995) ressaltam quatro: uma delas visa reconhecer que as condições ambientais geram impactos psicológicos na saúde das pessoas e no bem estar da sociedade, principalmente sobre os mais vulneráveis; outra intenta melhorar a comunicação e aumentar a consciência pública para orientar a tomada de decisões ambientais; uma terceira focaliza na conexão, sentido e identidade que a pessoa estabelece com o ambiente; e, por fim, destaca-se a subárea da psicologia ambiental que estuda o comportamento ambiental destrutivo e como promover o comportamento pró-ambiental.

Por sua vez, a Associação Americana de Psicologia (American Psychology Association - APA) possui "Divisões" baseadas em grupos de interesse formados por seus membros a partir de subdisciplinas da psicologia, áreas de atuação ou de estudo. Uma dessas "Divisões", a de número 34 (American Psychology Association, 2011), é a Sociedade para o Meio Ambiente, População e Psicologia da Conservação. Os tópicos e assuntos de interesse desse grupo de membros ilustra bem a variedade de temas que a psicologia ambiental abrange:

"(1) comportamento humano e bem estar relacionados ao design de espaços construídos, paisagens e ambientes naturais; (2) conservação da vida selvagem e outras espécies, (3) relações entre a saúde mental humana e a ecologia do ambiente natural, e (4) as consequências psicológicas da alta densidade populacional." (American Psychology Association, 2011, about Division 34)

As áreas de interesse da Divisão 34 estão assim dispostas: *Comportamento e Ambiente Construído*, que trata da relação do ambiente construído com o comportamento humano e o seu bem estar; *Ecopsicologia*, que investiga a interdependência psicológica dos seres humanos com a natureza e as consequências para o bem estar, identidade e saúde humana; *Psicologia sobre a População*, que estuda as consequências psicológicas de questões populacionais, em especial da alta densidade populacional; *Psicologia da Conservação*, trata da relação entre homem e natureza com o objetivo de preservação ambiental, economia dos recursos naturais e a qualidade de vida para o ser humano e as outras espécies.

Portanto, esta subárea da psicologia ambiental, denominada pela APA de *Psicologia da Conservação* (em inglês *conservation psychology* - American Psychology Association, 2011) trata da psicologia como suporte científico para a promoção do comportamento de conservação

(preservação) da natureza - aqui denominado de comportamento pró-ambiental - na qual se insere o presente estudo.

Por comportamento pró-ambiental entende-se todo aquele que é considerado como um comportamento protetivo ou amigável ao meio ambiente, promotor de um meio ambiente saudável (Krajhanzl, 2010). Nesse sentido, é necessário que se defina aqui quais os comportamentos pró-ambientais que foram objeto dessa pesquisa, ou seja, aqueles que se encontram inseridos nos programas de Gestão Socioambiental na Administração Pública (GSAP), e mais especificamente, os relacionados à economia de água, de energia e à correta destinação dos resíduos sólidos. Desse modo, cabe esclarecer adiante o que se entende por GSAP, pois este foi o contexto eleito para o desenvolvimento da presente investigação.

1.2. Gestão Socioambiental na Administração Pública

A pesquisa aconteceu em um contexto de órgãos públicos no Recife, Advocacia-Geral da União e Tribunal Regional Eleitoral. Tratou-se de uma política pública ambiental específica, a GSAP, que focaliza nas atividades da gestão da Administração Pública (AP) desenvolvidas internamente em cada órgão público pelos seus servidores, no âmbito de seus prédios, equipamentos e instalações. São atividades desenvolvidas cotidianas e rotineiramente na AP para realizar a sua missão institucional e nesse contexto se inserem os comportamentos pró-ambientais que foram estudados neste trabalho.

O enfoque da GSAP se dá em face do papel dos órgãos públicos e seus servidores, enquanto consumidores e produtores de bens. Trata-se de tornar os processos produtivos da AP – que se iniciam desde a compra (contratações) e seguem até o descarte de materiais – menos impactantes ambientalmente. A gestão ambiental ora estudada é aquela que procura inserir modelos de produção e consumo sustentáveis na AP (Ferreira et al., 2009).

Trata-se de promover o comportamento pró-ambiental dos servidores públicos no sentido de reduzir o consumo, gerando uma economia de recursos naturais e reduzindo a geração de resíduos nos órgãos públicos; reutilizar, aumentando a vida útil dos produtos e bens utilizados pela AP em seu dia-a-dia; promover a reciclagem, a gestão adequada dos resíduos e o uso de produtos reciclados nos órgãos públicos; repensar hábitos e comportamentos dos servidores a partir do critério ambiental; e recusar a aquisição e contratação pela AP de produtos e serviços que agridam a saúde e o meio ambiente (Ferreira et al., 2009).

Destaca-se a importância da GSAP por envolver o Estado nos problemas ambientais gerados pelo atual modelo de civilização, pelo modelo de produção e consumo, e de geração de resíduos. Para possibilitar o desempenho de seu papel inovador, a GSAP envolve a inserção dos valores ambientais nas suas atividades diárias. Tal inserção se dá de diversas formas, especialmente pela educação ambiental dos servidores, que neste trabalho tem especial enfoque. Essa promoção de valores ambientais e de comportamentos pró-ambientais, será tão mais eficiente quanto mais tiver reflexo para a sociedade, extrapolando do ambiente dos órgãos públicos para outros contextos sociais.

A GSAP começou a ser desenvolvida no Brasil através do programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), que hoje envolve vários órgãos públicos em vários Estados e Municípios brasileiros. Em formato semelhante, inspirados na A3P, outros programas surgiram, destacando-se o programa de gestão socioambiental do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

A A3P teve início em 1999, como uma iniciativa dos servidores do Ministério do Meio Ambiente (MMA) que, voluntariamente, buscavam mudar a rotina do MMA e torná-la um modelo de sustentabilidade para toda a Administração Pública (Abreu et al., 2012). Em 2001, o programa A3P foi estruturado de forma mais ampla para sensibilizar os servidores públicos para as questões

ambientais, fazendo-os adotar a gestão ambiental em suas atividades diárias (Pureza et al., 2009). A A3P é o programa de gestão socioambiental aplicado na Advocacia-Geral da União - AGU, já o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) desenvolve o programa estabelecido e regulamentado pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

O programa do CNJ trata da gestão socioambiental a ser adotada pelos órgãos do Poder Judiciário como "modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social" (Art. 2º, Resolução n. 201, 2015) . A Resolução n. 201/ 2015 do CNJ estabelece a estruturação e as competências das unidades ou núcleos ambientais nos órgãos do Poder Judiciário e determina a implantação do Plano de Logística Sustentável (PLS).

A mesma Resolução define as ações dos núcleos ambientais, que têm caráter permanente e são responsáveis pelo planejamento, implementação, monitoramento de metas anuais e avaliação de indicadores de desempenho, cumprimento das ações de sustentabilidade. Percebe-se que o programa do CNJ está baseado em dois pilares: os núcleos ou unidades ambientais e os PLS (Ferreira, 2017)

Em geral, percebem-se semelhanças entre o programa do CNJ e a A3P, com os mesmos eixos temáticos e bases semelhantes. A A3P pode ser aplicada a qualquer órgão público, federal, estadual e municipal, basta que o órgão público assine um termo de adesão com o Ministério do Meio Ambiente. O programa do CNJ é mais específico, aplicado ao Poder Judiciário, está estruturado com metas e indicadores de gestão, desembocando no PLS, a partir da ação de núcleos de gestão em cada Tribunal, isso ocorrendo em vários Estados, tanto no nível de Tribunais Federais, como de Tribunais Estaduais (Ferreira, 2017; Resolução CNJ n. 201, 2015).

O programa A3P e o programa do CNJ possuem um especial efeito multiplicador e transformador, pois se baseiam na promoção do comportamento pró-ambiental dos servidores e gestores públicos, com a perspectiva de que tais comportamentos serão levados também a outros ambientes, às suas residências, bairros e cidades.

Tanto a A3P como o programa do CNJ abordam alguns eixos temáticos em sua atuação, destacando-se os que importaram para esta pesquisa: 1) uso racional dos recursos; 2) gestão adequada dos resíduos gerados; 3) sensibilização e capacitação de servidores; 4) contratações públicas sustentáveis.

O uso racional dos recursos abrange medidas de gestão e educacionais que possibilitam a redução do consumo de materiais, tais como água, energia e materiais de expediente, a exemplo do papel e dos copos descartáveis, muito utilizados nos órgãos públicos. A intenção é reduzir o consumo, evitar o desperdício e promover o uso de materiais que geram menos resíduos (Ferreira, 2019). Nesta pesquisa foi enfatizado o uso racional da água e da energia, que são as questões mais representativas nas atividades diárias dos servidores terceirizados que trabalham na limpeza e na copa, os quais serão os participantes da nossa pesquisa.

A gestão de resíduos diz respeito à destinação final ambientalmente adequada dos resíduos que significa uma disposição final que visa minimizar os impactos ambientais, evitar danos ou riscos à saúde pública. Neste estudo os comportamentos relacionados à destinação final ambientalmente adequada dos resíduos estão designados como “*descartar corretamente*”, incluindo a coleta seletiva para a reciclagem, a reutilização e a compostagem (Art. 3, Lei n. 12.305/2010). Neste estudo também foi abordado o comportamento do cuidado com o descarte do vidro para evitar acidentes, bem como a destinação correta de outros resíduos especiais, tais como, lâmpada, pilha, óleo, cápsulas e remédio.

Coleta seletiva significa a coleta de resíduos sólidos que são anteriormente separados, de acordo com a sua composição ou constituição, no intuito de destiná-los para reciclagem, ou seja, para que passem por um processo de transformação, alterando de suas propriedades (físicas, físico-químicas ou biológicas), visando a produção de novos produtos ou insumos. A reutilização, por sua vez, significa um processo de aproveitamento dos resíduos sólidos sem que passem por transformação (biológica, física ou físico-química, como na reciclagem), sempre observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos ambientais competentes (Art. 3, Lei n. 12.305/2010). A compostagem é o processo para reciclagem de resíduos orgânicos, para que sejam aproveitados como adubo para jardinagem e agricultura (Ministério do Meio Ambiente, 2018)

Na gestão de resíduos, destaca-se ainda a coleta seletiva solidária, baseada em Decreto Presidencial (Decreto n. 5.940, 2006, atualmente Decreto n. 10.936, 2022), que estabelece nos órgãos públicos federais a obrigatoriedade da coleta seletiva e destinação do material reciclável às cooperativas de catadores, visando à promoção e inclusão social dos catadores organizados em cooperativas (Ferreira, 2019).

A sensibilização e capacitação dos servidores diz respeito à educação ambiental dos servidores públicos para a concretização da gestão socioambiental (Ferreira, 2019). A educação ambiental do servidor, como um dos pilares fundamentais da gestão socioambiental, dá suporte a todos os outros eixos temáticos para a consecução de seus fins. A educação ambiental, entendida como um processo de reconhecimento de conceitos e valores, visa construir habilidades e novas práticas em relação ao meio, a fim de compreender as relações humanas, sua cultura e seus meios biofísicos, que inclui as tomadas de decisões e a ética direcionadas à qualidade de vida (Nascimento et al., 2008). A educação ambiental pode ocorrer através de diversas atividades de capacitação, tais como, treinamentos, cursos, formalmente estruturados, ou mesmo através de

orientações, medidas de gestão determinadas pelos gestores a serem executadas por servidores. É a educação que vai gerar a adoção do comportamento pró-ambiental e possibilitar a promoção do programa como um todo (Ferreira, 2012).

As contratações públicas sustentáveis significam que o ente público irá contratar e adquirir produtos e serviços ambientalmente melhores, que resultem em um menor impacto ambiental em sua produção, utilização e descarte (Ferreira, 2019). A partir de normas acerca das contratações públicas sustentáveis é que se prevê que contratos de terceirização incluam treinamento dos servidores terceirizados, bem como medidas de sustentabilidade para redução do impacto ambiental desses serviços, como a promoção dos comportamentos pró-ambientais objeto desse estudo: redução do consumo de água e energia e a coleta seletiva.

Constata-se que várias normas dão suporte aos programas de GSAP, além das acima citadas, destaca-se a própria Constituição Federal (1988) - que em seu artigo 225 estabelece como dever do Poder Público a defesa do meio ambiente. Tem-se também a Lei da Política Nacional de Mudanças Climáticas (Lei n. 12.187, 2009), que em seu art. 6º, inciso XII, indica critérios de sustentabilidade em licitações públicas, expressamente citando a economia de energia, de água e a redução de resíduos; a Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei n. 12.305, 2010) que a inclui como um dos objetivos dessa Política, e especialmente na Lei de Licitações e Contratos (Lei n. 8.666, 1993, alterada pela Lei n. 12.349, 2010), que no seu artigo 3º apresenta como um dos objetivos da licitação pública “a promoção do desenvolvimento nacional sustentável”. Cite-se ainda o Decreto Presidencial n. 7.746, 2012, que também dispõe sobre a inclusão de requisitos de sustentabilidade na execução dos serviços contratados.

Em especial no que diz respeito diretamente ao objeto deste estudo, destaque-se a Instrução Normativa n. 1, 2010, do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG), no Art. 6º,

inciso V , que dispõe sobre a previsão de treinamento dos servidores terceirizados no contrato, para ser realizado nos três primeiros meses da execução contratual, visando a redução do consumo de água, de energia e redução da produção de resíduos sólidos. Ressalta-se também a orientação do MPOG (Instrução Normativa n. 10, 2012, Anexo II, item 5) para os órgãos públicos incluírem “nos contratos de copeiragem e serviço de limpeza a adoção de procedimentos que promovam o uso racional dos recursos e utilizem produtos reciclados, reutilizados e biodegradáveis”.

Esse, portanto, o contexto estudado: programas de gestão socioambiental em dois órgãos públicos, a Advocacia-Geral da União (AGU) e o Tribunal Regional Eleitoral (TRE), na perspectiva da promoção do comportamento pró-ambiental de servidores terceirizados, com especial destaque para os servidores da limpeza e da copa.

Destaca-se que algumas pesquisas abordaram esses programas brasileiros de gestão pública socioambiental na AP (Caixeta, 2010; Galeno, 2017; Ribeiro, 2016). Galeno (2017) analisou o programa desenvolvido pelo TRE/PE sob o enfoque da gestão socioambiental. Outras duas pesquisas (Caixeta, 2010; Ribeiro, 2016) abordaram o programa A3P sob a perspectiva da psicologia ambiental.

Galeno (2017) identificou e analisou as ações e a Política de Sustentabilidade desenvolvidas no TRE/PE com o seu corpo funcional, dirigentes e força de trabalho auxiliar (servidores terceirizados). Procurou verificar se tais ações contribuíram para a formação e participação dos servidores nas questões ambientais. Foi observado que os servidores terceirizados, por terem maior relação com suas atribuições no trabalho, apresentaram um conhecimento maior das ações relacionadas à gestão de resíduos. Galeno (2017) verificou falhas na comunicação interna e a ausência do Plano de Comunicação para a Sustentabilidade, que à época ainda não havia sido implementado.

Essa pesquisa (Galeno, 2017) indicou a necessidade de empoderar o corpo funcional e a força de trabalho auxiliar com os conhecimentos de sustentabilidade para alcançar melhores resultados. Foi observado que as atividades socioambientais no trabalho repercutiram também fora desse ambiente. Desse modo, Galeno (2017) indicou que a melhoria na comunicação das atividades será capaz de proporcionar mudanças de posturas dos integrantes do TRE/PE no trabalho e fora dele, ajudando na concretização da Política de Sustentabilidade do TRE- PE e promovendo o Desenvolvimento Local Sustentável.

Ribeiro (2016) pesquisou acerca das práticas de sustentabilidade implementadas por servidores em uma Instituição Pública Brasileira e buscou identificar a compreensão dos servidores sobre sustentabilidade. Identificou a distância entre a compreensão dos não-gestores e dos gestores, estes últimos apresentavam uma compreensão bem mais aprofundada. A pesquisa de Ribeiro (2016) observou também o comportamento ecológico no ambiente organizacional e percebeu que os comportamentos mais disseminados foram justamente aqueles relacionados aos temas trabalhados na instituição, em palestras, oficinas ou dinâmicas. Os resultados também demonstraram que mulheres têm mais comportamentos ecológicos no trabalho que os homens, e que os indivíduos com idade mais avançada têm um comportamento mais ecológico no trabalho que em outros ambientes.

Caixeta (2010) em sua pesquisa realizou um estudo comparativo entre atitudes e comportamentos ambientais de servidores públicos federais de uma instituição ambiental – que tem como atividade finalística políticas ambientais – e de outra não-ambiental, cuja missão final não está vinculada a políticas públicas ambientais. Uma das conclusões importantes dessa pesquisa

(Caixeta, 2010) é que a adoção do programa A3P em instituições governamentais possibilita a disseminação de condutas de preservação ambiental no âmbito do setor público.

Nesse estudo a promoção de comportamentos pró-ambientais para servidores terceirizados realizada pelos programas de gestão socioambiental na AGU/PE e no TRE/PE foi analisada com base na Teoria Social Cognitiva (TSC). Desse modo, cabe, a seguir, esclarecer esse arcabouço teórico que orientou o presente estudo.

2. TEORIA SOCIAL COGNITIVA APLICADA À GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Trata-se de delimitar o enfoque que será dado à TSC neste trabalho, com a aplicação em especial dos construtos da autoeficácia e da agência moral, bem como será abordada a aplicação da TSC, desses construtos, na gestão socioambiental, em especial para a promoção de comportamentos pró-ambientais.

2.1. Teoria Social Cognitiva: Autoeficácia e Agência Moral

A fundamentação teórica para essa pesquisa partiu da Teoria Social Cognitiva (TSC), cuja investigação acerca da mudança de comportamento vem sendo aplicada em vários contextos da gestão ambiental e do comportamento pró-ambiental (Ferreira & Santana, 2020; Sawitri et al., 2015). Dentre os construtos da TSC foram priorizados os conceitos de autoeficácia e a agência moral.

A TSC defende o controle intencional que as pessoas podem ter sobre os eventos que afetam suas vidas (Bandura, 2003), que se revela através da perspectiva agêntica e o determinismo recíproco, ideias centrais na TSC. A agência humana, diz respeito, portanto, à capacidade da

pessoa agir intencionalmente buscando seus objetivos, sendo produtor e produto de suas circunstâncias de vida. Nesse sentido, pessoa, ambiente e comportamento se interinfluenciam (Bandura, 2006b).

Nessa perspectiva, determinantes socioestruturais e pessoais são considerados como fatores em interação (Bandura, 2003). Portanto, para a TSC “o exercício da agência pessoal ocorre dentro de uma rede ampla de influências socioestruturais e, sendo assim, a análise do funcionamento humano deve envolver tanto o desenvolvimento dos aspectos intrapessoais e interpessoais, quanto o funcionamento dos sistemas sociais e institucionais” (Bandura, citado por Santana, 2016, p. 57).

Desse modo, a agência humana tem quatro propriedades centrais: intencionalidade (mencionada anteriormente), pensamento antecipatório, autorregulação e autorreflexão. O pensamento antecipatório, que significa a visão antecipada de objetivos e possíveis resultados a serem perseguidos, que funciona como motivador para os esforços de ação (Bandura, 2006b).

A autorregulação diz respeito à tradução do pensamento em ação, uma vez decidido o que fazer, se parte para a execução da ação, é um mecanismo interno, consciente e voluntário de controle do indivíduo que, tendo como referência metas e padrões pessoais de conduta, governa o seu comportamento, pensamentos e sentimentos. Os processos autorregulatórios podem ser acionados ou não, tendo em vista as habilidades comportamentais adquiridas pelo indivíduo e os contextos sociais envolvidos. Para Bandura (1991) a competência autorregulatória é afetada por influências sociais, tanto por incentivos e motivações sociais, como por apoio coletivo à aderência a padrões morais. A autorregulação ocorre não apenas no âmbito intrapsíquico do indivíduo, nem as pessoas operam de modo totalmente autônomo em relação à sociedade em que vivem.

Há três subfunções que compõem esse processo de autorregulação: auto-observação, o julgamento e a autorreatividade. A auto-observação, subfunção inicial, diz respeito ao

monitoramento do próprio comportamento e do contexto social, que depende, para seu melhor desempenho, de informações claras, evidentes e imediatas. Após essa auto-observação do comportamento e do contexto, o indivíduo irá julgar as informações a partir de seus valores, padrões pessoais e suas referências sociais, para considerar se a conduta é apropriada, insatisfatória ou neutra. Em seguida à auto-observação e ao julgamento, o indivíduo decidirá o seu comportamento a partir da autorreatividade: procurará executar as ações que promovam sua valorização pessoal e social, em conformidade com suas próprias regras morais, e evitar condutas que resultem no contrário, em autocondenação, autodesprezo e/ou repúdio social (Azzi, et al., 2017).

Além da intencionalidade, do pensamento antecipatório e da autorregulação, a outra propriedade central da agência humana é a autorreflexão, que diz respeito à autoanálise e autoexame do indivíduo, em relação a sua ação, seus pensamentos, suas capacidades, o sentido dos seus objetivos, fazendo os ajustes e correções necessários (Bandura, 2006b). Dentre os pensamentos humanos envolvidos nesse processo de autorreflexão, destaca-se a crença de autoeficácia, construto de fundamental importância para a Teoria Social Cognitiva, com papel central entre os mecanismos de agência humana.

A autoeficácia significa a crença que uma pessoa tem em sua capacidade de organizar e executar o percurso de ações para alcançar seus objetivos (Bandura, 2003). Isto é, quando a pessoa acredita que pode empreender algumas ações para alcançar determinados resultados, ela estará motivada a agir e a perseverar na ação diante de dificuldades (Bandura, 1977). E Bandura diz mais: “quaisquer outros fatores, que sirvam como guias e motivadores, estarão enraizados na crença central de que o indivíduo tem o poder de mudança efetiva através de sua ação” (Bandura, 2006b, p. 170).

A crença de autoeficácia, ou simplesmente autoeficácia, tem um caráter subjetivo (crença), diz respeito a possibilidades pessoais - habilidade e desempenho - de ser agente na produção de sua trajetória, organizar e executar para alcançar o objetivo esperado, portanto, envolve também metas e resultados a serem atingidos,. A crença de autoeficácia não diz respeito a capacidades gerais, reconhece a especificidade das capacidades humanas, que são tratadas de modo diferenciado, investigando-se a crença de autoeficácia relacionada à determinada área de ação, uma tarefa específica ou conjunto de tarefas, em determinados contextos (Azzi & Polydoro, 2006; Bandura, 2003).

Nesse sentido, Bandura indica que as pessoas para terem sucesso em suas ações e projetos, em um mundo com muitos desafios e perigos, precisam “fazer julgamento acurado a respeito de suas capacidades, antecipar prováveis efeitos de diferentes eventos e do curso de sua ação, avaliar as oportunidades e restrições socioestruturais, e regular sua conduta adequadamente” (Bandura, 2006b, p. 168).

A crença de autoeficácia acontece através de quatro processos principais: cognitivo, motivacional, emocional e decisional. Tem importância chave no processo de tomada de decisões, de mudança e desenvolvimento da pessoa. Essa crença influenciará se a pessoa vai pensar de maneira otimista ou pessimista, também nos resultados que ela espera dos seus esforços, se favoráveis ou não, também em como as oportunidades e impedimentos são vistos (Bandura, 2006b, 2007a).

A crença de autoeficácia afeta como a pessoa reage em face de dificuldades e adversidades e como as oportunidades são encaradas. Pessoas com baixa autoeficácia são facilmente convencidas de que não adianta se esforçar e levar adiante certas ações quando encontram alguma dificuldade. Por sua vez, as pessoas com elevada crença de autoeficácia não se abalam com as

dificuldades e são resilientes diante das adversidades, são menos vulneráveis ao stress e a depressão, e tem grande capacidade de recuperar o seu bem-estar. Elas percebem as adversidades e impedimentos como algo capaz de se superar através da perseverança e de um esforço autorregulatório, tendo maior capacidade de ajustar sua conduta para obter os objetivos desejados. As escolhas que as pessoas fazem em suas decisões importantes são determinadas pela sua crença de autoeficácia, se enfrentarão situações mais desafiadoras e se permanecerão ou não fiéis aos seus valores diante das oposições e dificuldades (Bandura, 2006b, 2007a) .

A autoeficácia também se relaciona com os aspectos físicos e emocionais da pessoa. A crença de autoeficácia fica comprometida em situações de tensão, ansiedade, doenças, fraqueza física. O humor também afeta a crença de autoeficácia, se a pessoa estiver deprimida por exemplo, terá a sua crença de autoeficácia reduzida, assim evitando-se a depressão e a ansiedade também se contribui para uma melhoria na crença de autoeficácia das pessoas (Bandura, 2008a).

A autoeficácia pode ser desenvolvida, estimulada, de três modos (Bandura, 2008a). O mais efetivo é o da experiência de domínio, quando a pessoa vivencia a experiência, realiza a ação e é bem sucedida. Mas não é o sucesso fácil que mais eleva a crença de autoeficácia, mas aquele obtido diante das adversidades, através da perseverança no enfrentamento de dificuldades e obstáculos e até mesmo com alguma falha que depois sejam superadas. Para Bandura (2008a) a resiliência tem a ver com saber administrar o insucesso, de modo que este seja educativo e não desmoralizador.

O outro modo é através da modelação social, da observação de modelos que representam fontes de inspiração, motivação e competência. Pessoas semelhantes que obtêm sucesso nas tarefas a serem desenvolvidas através da perseverança e do esforço, servem de modelos que fazem os observadores crerem na sua capacidade de obter os mesmos resultados.

O terceiro modo de melhorar a autoeficácia é através da persuasão social, quando indivíduos funcionam como motivadores, estimuladores para que outros acreditem em sua capacidade de desempenharem as ações. Esses motivadores devem ser pessoas com credibilidade, conhecimento, que praticam o que falam. Cabe também a esses agentes de motivação arranjar as situações em que os riscos de insucesso são menores e encorajar mais a comparação com a melhoria do próprio indivíduo do que o sucesso sobre os outros (Bandura, 2008a).

Na visão da perspectiva agêntica para a liberdade e ação humana, Bandura pontua que:

“Pessoas que desenvolvem suas competências, habilidades de autorregulação e a crença de eficácia são capazes de gerar um leque mais amplo de opções, expandindo sua liberdade de ação e são mais bem sucedidas em realizar o futuro desejado, do que aquelas com recursos agênticos menos desenvolvidos” (Bandura, 2006b, p. 165).

A TSC indica três modos de agência, fundados na crença em sua capacidade de realizar mudanças efetivas: a individual, destacada acima; a que se faz por meio de um representante, influenciando outra pessoa – que tenha mais recursos, condições, capacidade de agir – para assegurar o resultado pretendido pelo agente; e a coletiva, em que um grupo de indivíduos age com propósitos e projetos comuns, colocando suas habilidades, conhecimentos e recursos juntos para obter os resultados desejados pelo grupo, compartilhando uma crença de autoeficácia coletiva (Bandura, 2008a). Bandura acrescenta a importância do fortalecimento da crença de autoeficácia coletiva de comunidades e organizações, para a solução dos seus problemas e a melhoria da vida das pessoas pelo esforço coletivo. É interessante destacar o construto da autoeficácia coletiva, já que aqui estamos tratando de órgãos públicos (organizações), mesmo que esta crença coletiva não tenha sido objeto dessa pesquisa.

Em Bandura (1986) o conceito de agência humana serve também para compreender como os indivíduos funcionam e se desenvolvem em termos morais, a partir de uma ação intencional em diferentes contextos. Para Bandura, o ser humano e a estrutura social são influentes recíprocos e interdependentes, pois os sistemas sociais são produto da ação humana, assim como esses sistemas modelam o desenvolvimento e funcionamento humanos por suas regras e práticas cotidianas.

Desse modo, ressalte-se, no contexto da agência humana, o conceito de agência moral desenvolvido por Bandura e que interessa de perto a este trabalho. A teoria banduriana acerca da agência moral parte da perspectiva triádica e busca analisar os fatores que interferem na conduta moral. Para esta teoria, portanto, fatores pessoais, conduta moral e fatores ambientais, todos interagem e exercem influência uns nos outros de modo bidirecional (Bandura, 1991).

Portanto, as pessoas desenvolvem seus padrões de certo ou errado, que servirão de guia para sua conduta, estimulando ou impedindo certos comportamentos. São agentes morais que se comprometem a obrigações sociais e causas que julgam justas, consideram as implicações morais e se responsabilizam por suas ações e suas consequências (Bandura, 2006b). As pessoas investem o seu senso de autovalor em convicções humanitárias e agem contrariamente ao que consideram injusto e imoral, mesmo que haja um alto custo pessoal para isso. A falha em realizar o que entendem como justo traz para o indivíduo uma autodepreciação. Bandura (2006) destaca o poder deste senso humanitário em pessoas empáticas que enfrentam condutas inumanas e cruéis, até mesmo autoritarismos.

Os mecanismos pessoais internos - como raciocínio moral e autorreações afetivas -, através de autorregulação, ou de autossanção, a par das sanções sociais, exercem importante papel de controle na conduta moral dos indivíduos (Bandura, 1991). O raciocínio moral combinado com as sanções sociais é mais capaz de desenvolver capacidades autorregulatórias do que a sanção

sozinha. Orientações cognitivas possuem a capacidade de regular condutas futuras, ainda que as circunstâncias sejam modificadas, enquanto sanções vinculadas a ações específicas possuem um alcance limitado ao cumprimento de obrigações em determinadas situações.

A reciprocidade triádica da TSC também é aplicada à agência moral de modo que há três fontes de influência: comportamento, cognição e outros fatores pessoais e o ambiente. Esses fatores interagem e determinam uns aos outros. Portanto, a conduta moral é “regulada pela influência recíproca do pensamento e autossanção, comportamento e a rede de influências sociais”(Bandura, 1991, p. 70).

Ações socialmente apreciadas são fonte de orgulho, assim como as socialmente reprovadas são de autossanção. Na ausência de fortes padrões morais internos, o indivíduo adota práticas pragmáticas adequando sua conduta ao que cada situação requer, conforme o contexto social. Por outro lado, indivíduos com forte convicções morais são capazes de ir contra os seus próprios interesses, enfrentar reprovações sociais e maus-tratos, e se manterem firmes nas condutas que julgam moralmente valiosas, ou não aquiescer em condutas que consideram injustas ou imorais (Bandura, 2006b).

Interessa aqui também entender como ocorre o processo de desenvolvimento dos padrões morais. Bandura (1991) esclarece que as pessoas desenvolvem padrões morais a partir do julgamento de pessoas que realmente lhe importam, consideradas de alta credibilidade, tais como os pais e outras pessoas próximas, e que demonstrem coerência entre discurso e prática. Essas pessoas além de influenciarem na formação dos padrões morais, servem de modelo para as condutas a serem desempenhadas (Azzi et al., 2017; Bandura, 1991).

A modelação social significa a observação de como as pessoas agem (o modelo) para que o indivíduo venha a agir do mesmo modo, aprendendo através de experiências alheias, que servem

de modelo para suas ações e também estimulam novos comportamentos (Bandura, 2006a). A partir da observação dos modelos as pessoas padronizam o seu comportamento, entretanto isso não é estático, as pessoas não copiam exatamente as outras, elas também inovam (Santana, 2016a), e a modelação vai depender dos padrões morais do indivíduo, que vai indicar quais comportamentos a serem seguidos ou outros que serão refreados (Azzi et al., 2017).

Os padrões morais podem ser adquiridos por instruções diretas quando as condutas ocorrem, ou por reações de avaliação sobre uma ação desempenhada. A modelação é um processo dinâmico, os modelos, diversos atores e grupos sociais, que exercem influência na formação dos padrões morais - do que é certo ou errado e de práticas que valorizam ou desqualificam algumas condutas - e, portanto, no comportamento das pessoas, também influenciam para sua manutenção, bem como para mudança desses padrões (Bandura, 1991).

Azzi et al. (2017) acrescenta, a partir de Bandura (1991), que esses padrões morais e de comportamento podem ser reforçados pelo apoio institucional de agências sociais, através da recompensa e da coerção. Estímulos ou sanções coletivas têm forte capacidade de promover mudanças no padrão moral e conseqüentemente comportamental.

A crença de autoeficácia também está relacionada à conduta moral. A capacidade de autorregulação não significa que a pessoa necessariamente será capaz de executá-la consistentemente e efetivamente em determinadas circunstâncias, sob certas pressões e influências sociais. Autorregulação efetiva significa não apenas ter as habilidades para tanto, mas também acreditar na capacidade de autocontrole (Bandura, 1991).

Desse modo, a crença de autoeficácia cumpre um papel importante no processo regulatório da pessoa, fala-se então em crença de autoeficácia regulatória, pois a pessoa acredita no controle de seus pensamentos, motivações e ações, e desse modo ela será mais perseverante nos esforços

de autocontrole e resistirá mais fortemente às pressões para romper os seus padrões morais. Já uma baixa crença de autoeficácia regulatória fará com que mais facilmente a pessoa ceda a pressões para agir de modo transgressor ou contrário aos seus valores morais (Bandura, 1991).

A TSC indica como as pessoas podem desenvolver competência, capacidade autorregulatória e senso de eficácia e assim aumentarem seus sucessos (Bandura, 1988, 2009). Bandura (2009) indica que estabelecer metas para as pessoas é capaz de motivá-las e promover a crença de autoeficácia. As metas possibilitam que as pessoas trabalhem com senso de direção e propósito, já a crença de autoeficácia vai impactar nas metas que as pessoas estabelecem pra si mesmas, se mais fáceis ou mais difíceis de serem atingidas, escolhendo as mais difíceis e perseverando no sentido do seu atingimento.

Na perspectiva da autoeficácia e sua importância para a promoção do bem comum Bandura (2008a) aponta que a pessoa que é bem sucedida em suas ações, que persevera, e é resiliente perante as adversidades - capazes de voltar rapidamente ao normal após quedas e decepções - combina um elevado senso de autoeficácia com uma forte crença no valor do que ela faz. Nesse sentido, Bandura adverte que a crença de autoeficácia não pode ser confundida com individualismo e autocentramento.

Além de esclarecer o aspecto coletivo da autoeficácia – a autoeficácia coletiva, que é a crença de um grupo, uma comunidade, em sua capacidade de produzir os resultados almejados com suas ações –, Bandura (2008a) ressalta que os objetivos, valores e aspirações da pessoa vão moldar os objetivos aos quais a crença de autoeficácia do indivíduo vai ser aplicada, objetivos muitos deles contrários ao seu próprio interesse e em benefício de outros. A crença de autoeficácia tem um importante valor funcional para a resiliência, enfrentamento de adversidades, tanto de pessoas, como de grupos, atuando em prol de uma causa comum.

Para Bandura (2006b), o exercício da agência moral tem dupla função, sendo uma de inibir ações inumanas, danosas, e a outra, no sentido proativo, de estimular as ações benevolentes e humanitárias. Nesse sentido, Bandura (2008a) destaca que na função proativa da agência moral, as pessoas investem fortemente o seu senso de autovalor em convicções humanitárias e obrigações sociais, desse modo agem contrariamente ao que entendem como injusto ou imoral, ainda que tais ações envolvam um alto custo pessoal.

Entretanto, os padrões morais não funcionam como um regulador permanente das condutas, pois existem mecanismos que rompem com esses controles morais, o chamado desengajamento moral, permitindo que o indivíduo se engaje em uma conduta desumana ou reprovável. O desengajamento moral explica porque pessoas que são capazes de ações humanas, compassivas em certas áreas, são também capazes de cometer desumanidades ou atrocidades em outras áreas (Bandura, 2006b). Bandura (2007) escreveu um artigo relacionando o desengajamento moral à questão ambiental, então este tema será melhor desenvolvido no próximo tópico, que tratará da aplicação da TSC às questões ambientais.

Em artigo a respeito do desengajamento moral, Bandura (2007, 2015) ressalta a origem humana dos problemas ambientais atuais, relacionando-os a um estilo de vida de alto nível de consumo. O mecanismo cognitivo que ativa a autocensura no processo autorregulatório em direção a uma conduta proativa ambiental pode ser seletivamente desativado por meio de manobras psicológicas socialmente legitimadas (Bandura, 2008b). Os mecanismos de desengajamento moral explicados por Bandura, atuam a nível do funcionamento psicossocial e são aplicados à problemática ambiental.

Oito mecanismos de desengajamento moral são descritos por Bandura (2016). Eles operam em diferentes *locus*. No *locus do comportamento, da agência, de resultados e dos destinatários*.

No *locus do comportamento* tem-se a *justificativa social e moral, a comparação vantajosa e a linguagem eufemística*. Nesse caso as práticas de desengajamento são poderosas porque elas têm uma dupla função: anulam a autocensura e valorizam social e moralmente as condutas..

Na justificativa social e moral, o desengajamento atua, por exemplo, através do conhecido “os fins justificam os meios”, as pessoas justificam condutas danosas recobrando-as com o valor moral e social dos objetivos almejados. A justificativa social e moral é usada na área ambiental, por exemplo, para encobrir os padrões exacerbados de consumo, com desperdício, uma vez que o consumismo não é condenado socialmente, ao contrário, é uma prática aceita e, de certo modo, estimulada socialmente, pelo próprio sistema econômico (Bandura, 2016a).

Na comparação vantajosa, a pessoa acredita que sua ação evitará mais consequências danosas do que as que ela causa, fazendo com que a ação até pareça altruística. Bandura cita como exemplo as contendas entre países para a assinatura do Protocolo de Kyoto (Bandura, 2007). Os países desenvolvidos, como EUA e Austrália, resistiram ao Protocolo, pois entenderam que neste Protocolo países com alto índices de emissão de gases de efeito estufa, como a China e a Índia, foram favorecidos pelo argumento de que os países desenvolvidos deveriam suportar mais o ônus da redução da emissão de gases de efeito estufa. Este "favorecimento" se baseou no fato de que historicamente os países desenvolvidos foram responsáveis por mais emissões, degradaram mais o meio ambiente, e que os países em desenvolvimento não poderiam ser prejudicados em sua possibilidade de se desenvolver. Não assinando o Protocolo de Kyoto, se contrapondo a essa diferença - por entender que os países em desenvolvimento também deveriam contribuir para redução da emissão dos gases de efeito estufa -, os países desenvolvidos causaram mais prejuízos do que evitaram.

A linguagem eufemística esconde o caráter danoso da conduta, amenizando-a e tornando-a aceitável (Bandura, 2016a). Como exemplo de linguagem eufemística destaque-se o termo “mudanças climáticas”, que não comunica bem o perigo e a gravidade do fenômeno, já que a expressão “mudanças” normalmente também é usada para quando a situação melhora, poderia ser usada palavra mais forte, mais expressiva, como por exemplo, desequilíbrio climático ou outra que carregasse em si um alerta para a gravidade do fenômeno (Ferreira & Santana, 2019)

No *locus da agência* tem-se o deslocamento e a difusão da responsabilidade que é transferida a outra pessoa, ou dispersa para pessoas indeterminadas, fazendo com que o indivíduo que a praticou não seja responsabilizado e a sua autocensura não chega a ser ativada (Bandura, 2016a). Esse deslocamento de responsabilidade aparece muitas vezes em relação a vários poluidores de um mesmo ambiente. Por exemplo, quando várias indústrias eliminam dejetos em um mesmo rio e aparece uma alta mortalidade de peixes, fica difícil identificar o(s) responsável(is) pela poluição, desse modo, até que o fato seja totalmente esclarecido, investigado e descoberto o(s) autor(es), a multiplicidade de poluidores, atua como uma desoneração da conduta moralmente condenável, que é a morte dos peixes.

Por sua vez, no *locus de resultados* ocorre uma desconsideração, minimização, distorção ou mesmo discordância, acerca dos efeitos nocivos por meio da "minimização" das consequências, uma vez que os efeitos não são vistos nem percebidos. Isso acontece com o discurso sobre as mudanças climáticas, pois há a tentativa de desacreditar, minimizar os efeitos nocivos dessas mudanças, quando alguns de seus efeitos mais dramáticos, como as enchentes, tornados, ciclones, são apresentados para a população apenas como mais uma alteração episódica do clima e não como algo relacionado ao fenômeno mais abrangente das mudanças climáticas que são o real motivo

pelos quais estes fenômenos climáticos extremos sejam maiores e mais frequentes (Ferreira & Santana, 2019).

No *locus da vítima*, o autor retira de si o ônus da conduta através de atribuição de culpa às vítimas, que são marginalizadas, despersonalizadas e desumanizadas, retirando-se sua dignidade humana (Bandura, 2007, 2015, 2016a). Tal desengajamento moral acontece quando as vítimas da degradação ambiental são pessoas pobres, que vivem à margem dos benefícios econômicos e sociais (Francisco, 2015), e são culpabilizadas, por exemplo, por morarem em áreas de risco.

Construtos como agência humana, autoeficácia, agência moral e desengajamento moral são relevantes para compreender a conduta humana em relação ao meio ambiente (Ferreira & Santana, 2019).

2.2. Teoria Social Cognitiva, Gestão Socioambiental e Comportamento Pró-Ambiental

A TSC tem uma larga aplicação em questões cotidianas e socioambientais, pois facilita a identificação dos aspectos da conduta humana que afetam o meio ambiente (Bandura, 2008b). Tanto na perspectiva do engajamento agêntico das pessoas em ações de preservação ambiental (comportamento pró-ambiental), quanto por mecanismos que buscam legitimar ações destrutivas (desengajamento moral), a TSC demonstra como o ser humano expressa uma moralidade que o move ora em direção preservação ambiental, ora no sentido de ações de degradação do meio ambiente, a depender do contexto (Ferreira & Santana, 2019).

Alguns autores afirmam que a aplicação da TSC precisa ser melhor investigada no que diz respeito ao comportamento pró-ambiental (Sawitri et al., 2015a). Por exemplo, o próprio Bandura (Bandura, 2002, 2007c, 2008b, 2016b) escreveu alguns textos que tratam da problemática ambiental. Bandura enfoca como o ser humano, como seu progresso tecnológico, vem ameaçando de extinção a biodiversidade, bem como o peso para a natureza representado pelo aumento

populacional, tema este em que Bandura aplica a TSC, indicando soluções e iniciativas para a gestão do problema em vários países (Bandura, 2006a). Quanto à gestão ambiental, propriamente dita, o que se vem constatando é o uso corrente e cada vez mais intensificado da TSC, de construtos bandurianos, aplicados à gestão ambiental (Ferreira & Santana, 2020).

Destaque-se a utilização da TSC, em especial do construto da autoeficácia, em vários contextos de gestão ambiental, em diversos países e em diferentes questões ambientais (Armstrong & Stedman, 2012; Gifford & Comeau, 2011a; Kuruppu & Liverman, 2011a; Milfont, 2012; Morton et al., 2011a; Palacios & Bustos, 2013a; Staats et al., 2011; Tabernero et al., 2015a; Truelove et al., 2015; Yazdanpanah et al., 2015). A crescente utilização da TSC aplicada à gestão ambiental vem demonstrar que suas relevantes contribuições nesta área, abrindo uma nova perspectiva para o aprimoramento da gestão ambiental, para a promoção do comportamento pró-ambiental. As pesquisas acima citadas são exemplos de que gestão ambiental, sob o enfoque da TSC, possui uma nova capacidade de solucionar problemas antes não vislumbrados que, a partir dessa visão interdisciplinar passam a ter novos enfoques e novas soluções (Ferreira & Santana, 2020).

Desse modo, ora destacou-se como a TSC explica as mudanças cognitivas e comportamentais vinculadas ao comportamento pró-ambiental, na esteira da teoria da agência humana, da agência moral e da autoeficácia. A agência moral inclui um agir proativo bem como ações para impedir o comportamento desumano (Santana, 2016b). Há portanto uma moralidade proativa, de engajamento, orientada por princípios e valores humanos, como solidariedade, compaixão e altruísmo (Bandura, 1999). Assim entende-se que o engajamento em comportamentos pró-ambientais necessita de uma abordagem mais motivacional, que oriente sobre as possíveis

contribuições das pessoas, sem o enfoque no sacrifício que elas deveriam fazer, por exemplo (Ferreira & Santana, 2019; Gifford & Comeau, 2011b).

Destarte, a teoria agêntica (Bandura, 2006b) serve de base para aplicação da TSC na promoção e melhor entendimento a respeito do comportamento pró-ambiental. O construto da autoeficácia, central no conceito de agência banduriano (2009), é portanto crucial na determinação do comportamento humano, no que diz respeito a sua motivação e ação. A elevada crença de autoeficácia faz com que as pessoas confiem mais em suas capacidades e se esforcem mais ao enfrentar dificuldades, sejam criativas e perseverantes, para superar impedimentos, riscos e incertezas no ambiente, tanto interno como externo.

Para o comportamento pró-ambiental é fundamental que se supere esses impedimentos, pois há uma série de enfrentamentos, como se verifica nos relatos desta pesquisa, em especial falta de estrutura, condições pessoais e carência de ações governamentais, o desengajamento moral de vizinhos, ausência de estímulos sociais, nos bairros e em outros ambientes. Nesse sentido, tem-se o construto da autoeficácia associado às questões ambientais, ao comportamento pró-ambiental, chamado então de autoeficácia ambiental (Palacios & Aguayo, 2012, 2013).

Pesquisas na área de gestão ambiental vem aplicando relatam que a autoeficácia explica porque alguns indivíduos, mesmo entendendo o valor dos comportamentos pró-ambientais, não os levam adiante, porque ficam paralisados, ao perceberem sua incapacidade de individualmente resolver o problema, esperando que o governo ou organizações o façam, entendendo que estes são capazes de agir com maior impacto e obter o resultado desejado (Grabs et al., 2015; Ferreira, 2017).

Desse modo, entende-se porque a conscientização ambiental, o conhecimento do problema e o entendimento acerca do valor do comportamento pró-ambiental, sozinhos não garantem a

mudança de comportamento das pessoas e nem são suficientes para que essa mudança seja permanente (Ardoin et al., 2013). Várias pesquisas indicam que a crença de autoeficácia é crucial na promoção, fortalecimento e permanência de comportamentos pró-ambientais pelas pessoas mesmo em situações de dificuldades e impedimentos (Kuruppu & Liverman, 2011a; Milfont, 2012; Morton et al., 2011a; Palacios & Aguayo, 2013a; Staats et al., 2011; Taberner et al., 2015a; Truelove et al., 2015; Yazdanpanah et al., 2015).

Portanto, é importante que as pessoas se percebam capazes de realizar ações/comportamentos pró-ambientais e atingir os resultados almejados, que se tenha um ambiente, uma estrutura que facilite as ações (Sawitri et al., 2015b). Grabs et al. (2015) indicam a importância da autoeficácia para consumo sustentável pois faz entender que não se deve tratar desse tema de modo genérico, mas sim indicar soluções concretas de consumo sustentável, factível no dia-a-dia, orientando também acerca da estrutura que dá suporte a esse comportamento.

Sugere-se, por exemplo, ao invés de apenas falar sobre a importância de não desperdiçar alimentos, indicar para as pessoas quais os serviços disponíveis que facilitam o compartilhamento de alimentos. Morton et al. (2011) reforça, que a comunicação sobre mudanças climáticas deve ter como foco mais as respostas e ações possíveis e menos as perdas advindas dessas mudanças, pois existe muita incerteza acerca de algumas consequências danosas, que inclusive podem deixar de acontecer se houver uma ação mais responsável.

Quanto à gestão e conservação da água, Kuruppu e Liverman (2011) defendem que para resolver problemas de escassez de água é melhor tratar as dificuldades específicas das pessoas do que relacionar à questão mais geral das mudanças climáticas. Russell-Bennett et al. (2018) indicam que a autoeficácia ajuda a perceber que as campanhas de uso racional de energia devem promover comportamentos específicos de economia de energia e não só os incentivos financeiros.

Palacios e Aguayo (2013), referem que programas de educação para promover comportamentos pró-ambientais incentivando as capacidades e habilidades dos jovens, a fim de que superem as dificuldades que os impedem de realizar esses comportamentos.

Taberneck et al. (2015) indicam que programas de promoção da coleta seletiva precisam focar na confiança e nas habilidades das pessoas para desempenhar ações específicas necessárias a que a coleta seletiva aconteça em cada realidade.

Grabs et al. (2015) salientam que movimentos sociais para promover o consumo sustentável podem utilizar os elementos da modelação social, o aprendizado através de modelos, líderes, que indiquem com seus exemplos a mudança de padrões de consumo a serem seguidos por muitas pessoas.

O processo de tomada de decisão é influenciado pela crença de autoeficácia, pois ela determina as escolhas das pessoas até mais que seus valores (Bandura 2009). Então, ao sentir que tem capacidade de agir e produzir os resultados almejados, a pessoa se torna perseverante e firme em suas ações e propósitos, buscando melhores oportunidades para agir ainda que existam riscos e incertezas. Portanto, as decisões de gestores com elevada crença de autoeficácia mais facilmente se dirigirão para novas habilidades e funções difíceis e inovadoras, com uso de melhores estratégias na resolução de problemas institucionais (Bandura, 2009). Esses aspectos são especialmente relevantes para a gestão socioambiental e para as políticas públicas ambientais em geral (Ferreira, 2017).

A crença da autoeficácia é muito importante para determinar o comportamento das pessoas, a motivação e a ação no ambiente de trabalho, em ambientes organizacionais. Quando acredita em suas capacidades, as pessoas redobram seus esforços e podem desafiar dificuldades, usando de criatividade e perseverança, mesmo que haja dificuldades provenientes do ambiente interno e

externo. A autoeficácia afeta a expectativa de resultados, a serem obtidos no trabalho, ao influenciar nas metas e aspirações dos funcionários (Bandura, 2009).

Pessoas com elevada crença de autoeficácia focam em como gerenciar suas tarefas, buscam conhecimentos e competências através de novos desafios, aprendem com seus erros, percebendo-os como naturais, entendem que as habilidades podem ser adquiridas e desenvolvidas, valorizando o maior esforço; por sua vez, as pessoas com baixa crença de autoeficácia consideram seus erros uma consequência de sua incapacidade, empregam muito trabalho em reduzir as falhas, lidando com o que pode dar errado, entendem um esforço maior como uma incapacidade e para elas as habilidades são fixas, determinadas, uma capacidade que a pessoa já tem (Bandura, 1988, 2009).

Bandura (1988) dá como exemplo uma pesquisa a respeito de dois tipos de gestores: de um lado, os que confiavam nas suas habilidades para tomar decisões e no seu trabalho, como capazes de influenciar os ganhos da organização, esses buscaram metas maiores e tiveram bons resultados, superando desafios; de outro, os que não se perceberam capazes de mudança, de melhorias em sua aptidão para gerenciar, como se esta fosse consolidada, a pessoa tem ou não, então, estes facilmente não acreditaram em suas capacidades e obtiveram resultados ruins, não venceram os obstáculos, diminuíram suas aspirações e as metas de sua organização (Bandura, 1988).

A TSC, então, orienta práticas de gestão para o estímulo à autoeficácia individual e organizacional. Exemplo dessas práticas: metas desafiadoras, bem definidas, claras, e atingíveis - para não produzir efeito contrário, reduzindo a crença de autoeficácia -, com feedbacks para as pessoas quanto ao progresso no atingimento das metas (Bandura, 2009). O estabelecimento de submetas também é importante, torna tarefas difíceis mais fáceis e indica um padrão para medir o desempenho e as habilidades das pessoas (Bandura, 2009). Outro ponto que Bandura (1988)

destaca é que as pessoas precisam participar do processo de estabelecimento das metas a serem por elas atingidas.

Os funcionários são treinados de forma tradicional, fazendo sempre as mesmas atividades em suas funções já determinadas. Para Bandura (2009), o treinamento dos funcionários deve focar a sua capacitação para a inovação em suas funções, para melhorar as práticas rotineiras e antigas, adicionar novos elementos e funções que possibilitem superar novos desafios, com ideias e iniciativas inovadoras, aperfeiçoando o processo de trabalho. A gestão não deve ser baseada em hierarquia, mas em instrução que dá apoio e recursos para a equipe trabalhar de forma eficiente, formando lideranças, compartilhando conhecimentos, com as decisões sendo tomadas de modo participativo, aumentando a crença de autoeficácia dos funcionários.

Bandura (1988, 2009) indica medidas de gestão para aumentar a crença de autoeficácia da equipe, dentre elas destaca a modelação de domínio orientado. Essa modelação significa treinamento com simulações orientadas pelos próprios colegas, que funcionam como modelos, parecidos com o funcionário aprendiz, este desenvolve as habilidades para em seguida ser desafiado aplicando o que aprendeu em situações concretas de trabalho. Esse aprendizado ocorre de forma gradual, para o funcionário poder ter sucesso, aumentar a sua crença de autoeficácia e perceber a importância das novas práticas. Em vez de aprender regras de modo abstrato, o enfoque se dá na aprendizagem das regras para serem aplicadas em situações variadas, concretas, e não com respostas específicas ou rotinas pré-determinadas. A modelação, a prática orientada e as experiências exitosas irão proporcionar mais aprendizado e construção de novos conhecimentos para a concretização de melhores resultados organizacionais (Bandura, 1988, 2009). Outra medida indicada por Bandura (2009) é a persuasão social, que é efetivada por gestores, os quais exercem

liderança em razão do seu conhecimento e sua credibilidade - eles fazem o que falam -, bem como medem o sucesso dos funcionários pela autossuperação, não pela comparação com outros.

Estudo de Papagiannakis e Lioukas (2012) revelou que a elevada crença de autoeficácia dos gestores é o valor que mais influencia na responsabilidade socioambiental das empresas, mais que outros valores dos gestores relacionados à sustentabilidade das empresas.

Os programas de GSAP investem na formação de lideranças, no treinamento e divulgação de boas práticas para os servidores públicos, para a concretização dos seus eixos temáticos – o uso racional dos recursos naturais, a licitação sustentável, a qualidade de vida no ambiente de trabalho, gestão adequada dos resíduos e educação ambiental (Ferreira, 2017). Porém, pesquisas acerca da relação entre comportamento, gestão e educação ambiental (Ardoin et al., 2013) constataam que o conhecimento e a educação ambiental não são suficientes para o sucesso ou a permanência das práticas de comportamento pró-ambiental e para a longevidade dos programas de gestão ambiental

As ferramentas da TSC para elevar a crença de autoeficácia, como a experiência de domínio e a modelação social, encontram um espaço privilegiado nos programas de gestão socioambiental na AP, que podem se estruturar a partir do fortalecimento de lideranças, da descentralização dos coordenadores e das ações, com uma maior participação dos servidores públicos – tal estrutura, que estimula a crença de autoeficácia, pode significar o sucesso dos programas de gestão socioambiental, para que não fiquem à mercê da mudança de governantes e de orientação política, sensibilidade e visão socioambiental dos superiores hierárquicos, já que se trata de programas (tanto a A3P como o do CNJ) que possuem uma base normativa que os estruturam, mas isso não é suficiente para que as ações socioambientais aconteçam e produzam resultados concretos (Ferreira, 2017).

A estrutura hierarquizada da AP e baseada em funções predeterminadas em lei, de certo modo gera dificuldades para a formação de lideranças, a descentralização e a participação dos servidores de que necessita a gestão socioambiental, uma vez que as práticas precisam acontecer em toda estrutura e com a participação de todos para dar especial atenção às peculiaridades das diversas realidades ambientais. Entende-se, portanto, que o investimento na crença de autoeficácia deve ocorrer desde as lideranças, pessoas em cargos chaves, assim como demais servidores, naqueles que trabalham no dia-a-dia – como os servidores aqui estudados – para que ocorra o fortalecimento, e a permanência da gestão socioambiental, para que possua uma estrutura permanente que lhe dá continuidade, independente das mudanças de gestão (Ferreira, 2017).

Acresça-se que esta pesquisa tratou do comportamento dos servidores terceirizados, que em sua maioria tinham renda familiar de 0 a 2 salários mínimos (83,6%). Nesse sentido, destaque-se estudos que indicam medidas de gestão ambiental e de políticas públicas que possam incentivar, aumentar a crença de autoeficácia de pessoas de baixa renda (Behbehani & Prokopy, 2017; Boomsma et al., 2019; Chen et al., 2017; Hafner et al., 2020; Russell-Bennett et al., 2018; Wamuyu, 2018; Zhao et al., 2016).

Cabe também ressaltar achados que demonstram a importância da crença de autoeficácia para o estímulo ao comportamento pró-ambiental de pessoas de baixa renda (Al Mamun et al., 2018, 2019). Esses estudos demonstraram que, diante de dificuldades econômicas que levariam as pessoas a não adquirir produtos ambientalmente melhores por serem mais caros ou mesmo não praticar condutas pró-ambientais com um maior custo econômico e esforço pessoal, se elas tiverem uma elevada crença de autoeficácia, elas têm uma maior tendência a praticar tais comportamentos, mesmo diante das dificuldades (Ferreira & Santana, 2021).

Desse modo, a crença de autoeficácia, relacionada à capacidade do indivíduo em desempenhar certas ações de preservação ambiental e obter os resultados esperados, interfere na prática dessas ações, tanto no enfrentamento das dificuldades como na permanência das ações, inclusive quando se trata de pessoas de baixa renda, portanto medidas para a elevação da crença de autoeficácia podem ser aplicadas para a melhoria da gestão socioambiental.

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo Geral

Investigar a relação entre comportamentos pró-ambientais, crença de autoeficácia e agência moral, de servidores terceirizados participantes dos programas de gestão socioambiental de órgãos públicos federais em Recife.

3.2. Objetivos Específicos

- Caracterizar os comportamentos pró-ambientais e sua implementação na gestão pública brasileira por meio de programas de gestão socioambiental;
- Delinear o perfil sociodemográfico dos servidores terceirizados da AGU e do TRE em Recife;
- Verificar as crenças de autoeficácia ambiental dos servidores terceirizados;
- Identificar os comportamentos pró-ambientais referidos pelos servidores terceirizados nos ambientes laboral, familiar e social;

- Compreender a relação entre comportamentos pró-ambientais, crença de autoeficácia e agência moral dos servidores terceirizados.

4. MÉTODO

4.1. Delineamento da Pesquisa

Trata-se de um estudo misto transversal (QUAN-QUAL), correlacional e de caráter convergente. Segundo Creswell e Clark (2013, p. 74), na pesquisa convergente (ou paralelo convergente) o pesquisador utiliza os métodos quantitativo e qualitativo, dando a eles igual importância, realizando uma análise independente de cada fase e depois se reúnem os achados, compondo uma avaliação ampliada ao final.

4.2. Local da Pesquisa

Foram escolhidos por conveniência a Advocacia-Geral da União e o Tribunal Regional Eleitoral, ambos em Recife, pela facilidade de acesso da pesquisadora a essas duas instituições, por questões laborais, e em razão destes órgãos terem estruturado e implementado o programa de gestão socioambiental.

4.3. Participantes

A princípio, foram definidos os critérios de inclusão para participação nas duas fases da pesquisa, conforme apresentado a seguir:

4.3.1. Critérios de inclusão da Fase Quantitativa

Ter 18 anos ou mais; ser servidor(a) terceirizado(a) nos órgãos públicos, AGU e TRE, em Recife; estar em serviço no momento da pesquisa; ser liberado pelo órgão para participar da pesquisa.

4.3.2. Critérios de Inclusão da Fase Qualitativa

Ter respondido ao questionário quantitativo; trabalhar diretamente na limpeza e na copa; estar em serviço no momento da entrevista; ser liberado pelo órgão para participar da pesquisa.

A amostra foi composta por todos os servidores terceirizados que atenderam aos critérios de inclusão. No total, da fase quantitativa, participaram voluntariamente 122 servidores terceirizados de ambos os sexos.

Destes, a posteriori, foram convidados todos aqueles que trabalhavam na limpeza e na copa, pelo fato deles lidarem diretamente com os recursos ambientais (água, energia e resíduos) que mais demandam cobranças por mudança comportamental na prática laboral. Deste modo, foi alcançado um total de 31 servidores que se voluntariaram para participar da entrevista.

4.4. Instrumentos

Foram aplicados dois instrumentos na fase quantitativa - um Questionário Sociodemográfico - QSd (Apêndice A) e uma Escala de Autoeficácia Ambiental - EAA (Palacios & Aguayo, 2013), (Anexo A) traduzida e adaptada para o português (Anexo C). Na fase qualitativa, foi utilizada uma entrevista aberta com perguntas disparadoras.

No QSd foram solicitadas informações sobre sexo, idade, estado civil, número de filhos, escolaridade, ocupação, tempo de trabalho na instituição, percepção da situação econômica, valor

aproximado da renda familiar, se e quando participou de treinamento(s) sobre meio ambiente e sustentabilidade.

A EAA original (em espanhol) disponibilizada pelos autores possui 44 itens que descrevem comportamentos pró-ambientais. O estudo (Palacios & Aguayo, 2012, 2013) foi realizado com 300 estudantes mexicanos, oriundos do ensino médio, médio superior e superior. Destes, foram 135 homens e 165 mulheres, com média de idade de 16,77 anos de idade (DP - 2,90), variando entre 12 e 28 anos. A consistência interna da escala total, medida pelo alpha de cronbach, foi de $\alpha=0.901$.

Na versão traduzida e adaptada para o português, com a permissão dos autores da escala original (Anexo A), foram mantidos os mesmos itens. Esta nova versão foi denominada de Escala de Autoeficácia Ambiental (traduzida) - EAA-t, com $\alpha= 0,85$.

Os participantes foram instruídos a julgar ou inferir sua capacidade em adotar tais comportamentos, a partir de uma escala cujo intervalo variava de 1 (nenhuma capacidade) a 10 (muita capacidade). Os comportamentos referidos na escala perpassam questões sobre uso de água, energia, manejo de resíduos, dentre outros. Tem-se, por exemplo, questões do tipo: "sou capaz de tomar banho em menos tempo para economizar água"; "sou capaz de manter a luz elétrica desligada se há luz do sol"; "sou capaz de separar o lixo em diferentes lixeiras"; "sou capaz de reutilizar sacolas plásticas".

No primeiro momento da adequação da escala foi realizada a tradução do espanhol para o português, por uma profissional nativa de língua portuguesa e tradutora juramentada de espanhol, conhecedora do objetivo da tradução. Em seguida, a tradução do português para espanhol foi realizada por uma pessoa nativa de língua espanhola, com fluência e domínio do português.

Posteriormente, foi realizado um estudo piloto com três pessoas para averiguar a clareza dos itens e a necessidade de ajustes, caso pertinente.

Na fase qualitativa foi adotada uma entrevista aberta (Apêndice B) com perguntas disparadoras, do tipo:

Como é que você utiliza a água e a energia em casa, no trabalho, e em outros ambientes, como no seu bairro, por exemplo?

E quanto ao lixo, como você lida no seu dia a dia, em casa, no trabalho, e em outros ambientes?

As perguntas abrangem os três principais temas tratados na pesquisa: água, energia e resíduos, nos respectivos ambientes. Foi utilizado o termo “lixo” nas perguntas da entrevista, no sentido mais coloquial da palavra, para favorecer o entendimento dos participantes da pesquisa. Ressalta-se que o termo mais adequado tecnicamente seria “resíduos sólidos” (Dias, 2006), que é também utilizado nesta tese.

4.5. Procedimento de Coleta

Primeiramente, o estudo foi estruturado seguindo todas as recomendações éticas contidas na Resolução CEP nº 216/2016. Após contatos iniciais com os órgãos foram concedidas as cartas de aceites institucionais e o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa - CEP-UNICAP e aprovado sob o nº CAAE 96368718.9.0000.5206.

Foram contactados os profissionais responsáveis pela área de gestão ambiental dos dois órgãos públicos federais: O Tribunal Regional Eleitoral - TRE e a Advocacia Geral da União - AGU. Estes, por sua vez, indicaram os responsáveis pela administração dos contratos terceirizados para que fossem apresentados à pesquisa e solicitada a autorização do contato com os servidores para efetivar o convite à participação voluntária dos mesmos. Estes responsáveis também

colaboraram na disponibilização de espaço para realização da pesquisa, além de organizarem o fluxo de liberação dos servidores para esta finalidade, sem comprometer o funcionamento das atividades laborais.

A coleta de dados foi realizada em duas fases, sendo primeiramente a quantitativa (com duração de oito dias consecutivos) e, em momento posterior, a qualitativa (com duração de seis dias). Para a primeira fase, que teve uma duração média de uma hora, todos os servidores liberados e convidados à participação foram apresentados verbalmente ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foi ressaltado que podiam a qualquer momento, e sem necessitar de algum motivo, deixar de participar, que seria resguardado o seu anonimato, e que não havia respostas certas ou erradas, apenas necessitava-se que dissessem a verdade para contribuir com a pesquisa e com a melhoria do trabalho de gestão socioambiental do órgão. Após os esclarecimentos, concordaram em participar voluntariamente. As dúvidas que tiveram sobre as perguntas dos instrumentos foram devidamente esclarecidas pela pesquisadora.

A aplicação do QSD e da EAA-t em si, durou em média de 40 minutos. Ocorreu com todos participantes, de modo presencial e coletivo. Salienta-se que cada servidor participou respondendo individualmente aos instrumentos que lhe foram entregues.

Ademais, a pesquisadora principal contou com o apoio de dois colaboradores universitários capacitados para a aplicação dos instrumentos. Ressalta-se que a pesquisadora principal participou integralmente em todos os momentos da coleta de dados.

A segunda fase, qualitativa, foi realizada exclusivamente pela pesquisadora principal, com 31 servidores terceirizados da limpeza e da copa, que concordaram voluntariamente em participar dessa outra fase. As entrevistas duravam em média dez minutos cada, sendo realizadas de modo individual.

No início da entrevista foi estabelecido individualmente um bom rapport com cada um dos participantes e foram lembrados os principais pontos do TCLE. As perguntas foram conduzidas num formato de uma conversa livre e o mais descontraída possível e dentro do tema, estimulando o participante a explicitar as informações necessárias ao objetivo da pesquisa.

4.6. Procedimento de Análise de Dados

Na fase quantitativa os dados foram analisados por meio de pacote estatístico SPSS (versão 24). Foram realizadas análises descritivas para se conhecer o perfil sociodemográfico dos participantes e dados de prevalência da percepção dos servidores sobre sua autoeficácia em lidar com os comportamentos pró-ambientais. A análise inferencial foi realizada por meio da ANOVA para comparar os dados sociodemográficos com os resultados da percepção de autoeficácia ambiental.

Na fase qualitativa, as entrevistas foram gravadas, transcritas e revisadas. A análise foi feita sem necessidade de uso de software, tendo em vista a pequena quantidade de entrevistas.

Foi realizada uma análise de conteúdo temático, conforme proposta por Bardin (2011) balizada por Minayo (2012). A análise temática tem como conceito central o *tema* que “comporta um feixe de relações e pode ser graficamente apresentado através de uma palavra, uma frase, um resumo” (Gomes, 2012, p. 86).

Para Bardin (2011, p. 135), “o tema é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura”. Segundo este autor, “fazer uma análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição, podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (Bardin, 2011, p. 135). No presente trabalho, o tema

esteve representado por comportamentos pró-ambientais relatados pelos entrevistados, sendo indicada qual área a que cada um se refere: água, energia ou resíduos.

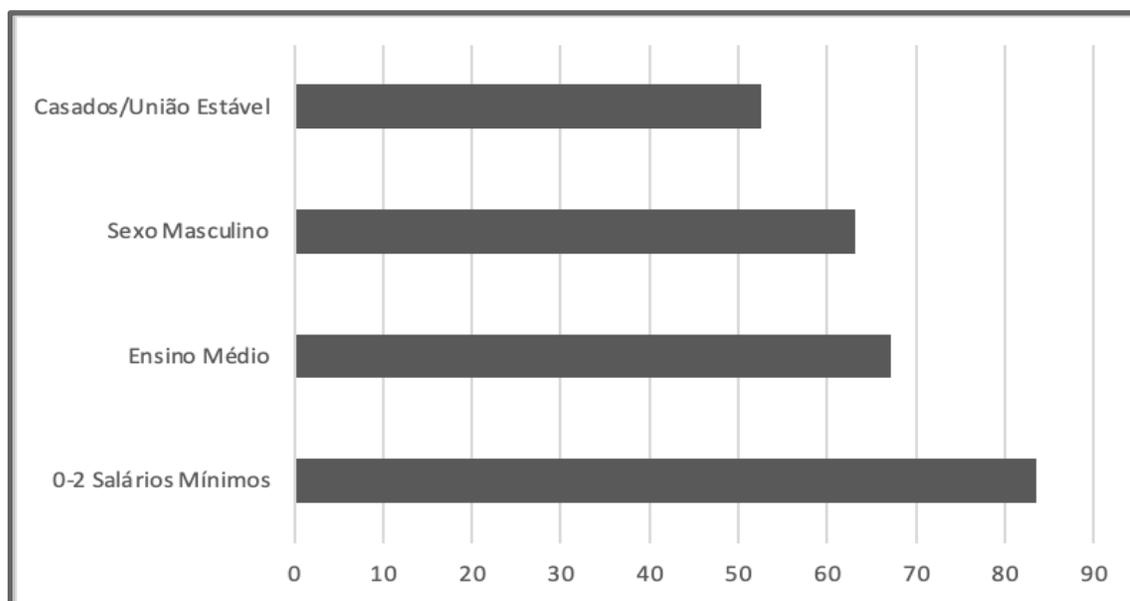
5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1. Fase Quantitativa

Para atender ao objetivo de delinear o perfil sociodemográfico dos servidores terceirizados foi realizada uma análise descritiva dos dados. Essa análise revelou que os 122 servidores tinham idades variando entre 18 a 64 anos ($M = 40,13$; $DP = 11,1$), sendo em sua maioria do sexo masculino (63,1%). Grande parte havia concluído o ensino médio (67,2%), tendo renda familiar entre 0 a 2 salários mínimos (83,6%), estando casados ou em união estável (52,5%) e com um filho (36, 8%). Haviam recebido treinamento (76,2%) há cerca de oito meses (66,7%). O tempo de trabalho mais frequente variou em até 10 anos (64,5%).

Figura 1

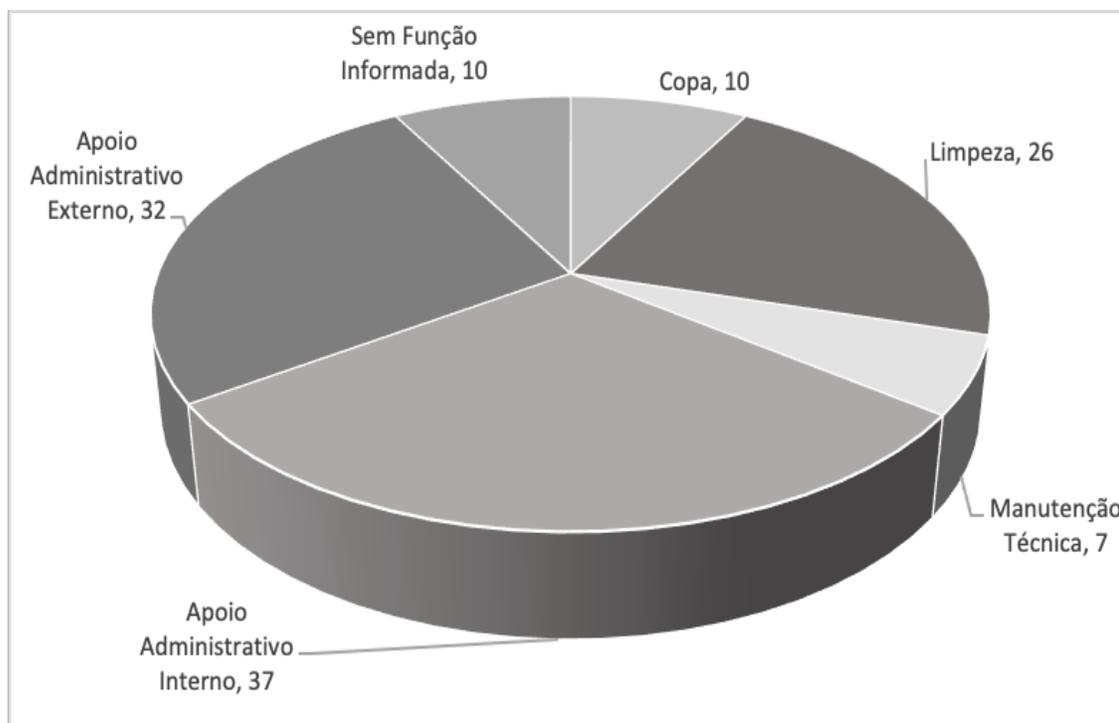
Perfil Sociodemográfico por Estado Civil, Sexo, Escolaridade, Renda Familiar



A distribuição da frequência dos servidores em função de suas ocupações (Figura 2) revelou que 10 servidores exerciam atividades relacionadas à copa (8,20%), enquanto 26 exerciam atividades de limpeza (21,31%). Foram ainda identificados 07 técnicos de manutenção (operador de som, marceneiro, operador de máquinas, jardineiro) (5,74%); 37 servidores de apoio administrativo interno (auxiliar administrativo, recepcionista, porteiro, garçom, contínuo, colaborador, encarregado, almoxarife, supervisor, auxiliar de saúde bucal) (30,33%); 32 servidores de apoio administrativo externo (motorista, mensageiro, motoqueiro, manobrista, carregador) (26,23%), e 10 que não informaram suas funções (8,20%).

Figura 2

Distribuição da Frequência dos Servidores em Função de suas Ocupações



Com o objetivo de verificar as crenças de autoeficácia ambiental dos servidores terceirizados foi realizada inicialmente uma análise da consistência interna da EAA-t que revelou um índice satisfatório através do alpha de cronbach ($\alpha = 0,85$). Contudo não foram encontrados indicadores satisfatórios quando da análise por fatores, observando-se uma estrutura unifatorial da escala.

De início, foi realizada uma análise fatorial, adotando-se o método de extração *oblimin* e **fixando três fatores**, conforme a escala original. Para considerar o item como pertencente a um dos fatores, foi adotado um parâmetro de saturação mínima de $|0,40|$, além de não apresentar cargas fatoriais cruzadas entre mais de um fator (Pasquali, 2012). Desse modo, os itens 1, 6, 7, 8, 10, 14, 15, 16, 19, 22, 23, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 38, 39, 40 e 41 foram excluídos por não

apresentarem carga mínima de 0,40 e os itens 2, 12, 13, 18, 21, 36, 42, 43 e 44 foram excluídos por conterem cargas fatoriais cruzadas restando, assim, 12 itens. Tais resultados são sumarizados na Tabela 1, a seguir.

Tabela 1

Análise Fatorial Exploratória com Três Fatores

Itens	Descrição do Conteúdo	Fator		
		I	II	III
03	Contribuir com o gasto familiar economizando luz	0,57	-0,37	-0,17
04	Usar folhas nos dois lados	0,37	0,11	0,53
05	Fechar a torneira quando escovo os dentes	0,52	-0,39	0,02
09	Contribuir com o cuidado com a energia	0,64	-0,15	-0,10
11	Aprender a economizar energia	0,62	-0,17	0,20
17	Manter a luz elétrica desligada se há luz do sol	0,61	-0,20	-0,08
20	Desligar a luz quando não a utilizo	0,38	-0,51	0,18
24	Fechar a torneira quando lavo os pratos	0,51	-0,38	0,14
27	Reduzir a quantidade de lixo que produzo	0,63	0,16	0,28
28	Fechar a torneira durante o banho	0,52	-0,30	-0,33
33	Economizar energia elétrica	0,70	-0,22	-0,15
37	Evitar desperdiçar luz	0,64	-0,26	-0,15
Itens		10	1	1
Valor próprio		11,1	3,9	2,6
% de variância explicada		25,25	8,92	6,12

Não obstante, a literatura (Pasquali, 2003) aponta a necessidade de existirem três itens no mínimo para representar um fator. No entanto, os fatores II e III não corresponderam a esse critério.

De acordo com os resultados, pode-se constatar uma dimensão unifatorial, constituída pelo itens 3, 5, 9, 11, 17, 24, 27, 28, 33 e 37, os quais explicam 25,25% da variância total do instrumento e apresentou índice de consistência interna de $\alpha = 0,85$.

Com o objetivo de verificar se existiam diferenças na autoeficácia em relação às variáveis sociodemográficas, foi realizada uma ANOVA com a autoeficácia como variável dependente e as demais variáveis sociodemográficas como variáveis independentes. Os resultados demonstraram não existir diferenças significativas dos escores de autoeficácia em relação ao sexo [$F(1,4) = 0,20$; $p = 0,67$], ao estado civil [$F(2,4) = 0,42$; $p = 0,67$], à quantidade de filhos [$F(5,4) = 0,02$, $p = 0,99$], à escolaridade [$F(3,4) = 0,39$, $p = 0,76$], à ocupação [$F(4,4) = 0,65$, $p = 0,65$], ao tempo de trabalho institucional [$F(3,4) = 0,12$, $p = 0,93$], à situação econômica [$F(2,4) = 0,07$, $p = 0,93$], à renda familiar [$F(2,4) = 0,29$, $p = 0,75$].

Após essa análise, que não evidenciou diferenças significativas em função das variáveis sociodemográficas, segue-se a análise dos resultados obtidos a partir das entrevistas que versavam sobre os comportamentos pró-ambientais dos servidores.

5.2. Fase Qualitativa

Para esta fase foram analisadas 31 entrevistas dos servidores que trabalham na limpeza ou na copa. Foram atribuídos pseudônimos para os participantes a partir de nomes de povos indígenas brasileiros. Esta é uma maneira de homenagear os povos indígenas, que, em sua maioria, através de sua cultura, religião e modo de viver, de seu comportamento, indicam caminhos de preservação da natureza (Francisco, 2020; Krenak, 2020).

As análises nesta fase foram realizadas em dois momentos distintos, atendendo a dois dos objetivos propostos no presente estudo, quais sejam: (1) identificar os comportamentos pró-ambientais referidos pelos servidores terceirizados nos ambientes laboral, familiar e social; (2)

compreender a relação entre comportamentos pró-ambientais, crença de autoeficácia e agência moral dos servidores terceirizados.

Inicialmente, para contemplar o objetivo (1), foram trazidos alguns trechos dos relatos dos/as entrevistados/as, agrupados em quatro núcleos temáticos em função dos comportamentos pró-ambientais em diferentes ambientes, conforme a Tabela 2 adiante.

Tabela 2

Distribuição dos Núcleos Temáticos e Ambientes

Núcleos Temáticos (NT)	Ambientes
NT_1. Economizar Água e Energia	Laboral Doméstico Outros
NT_2. Reutilizar Água e Outros Materiais	Laboral Doméstico
NT_3. Descartar Corretamente Vidro e Outros Resíduos (Comuns e Especiais)	Laboral Doméstico Outros
NT_4. Orientar/Reportar/Reclamar Água, Energia e Resíduos	Laboral Doméstico Outros

Em seguida, serão analisados alguns trechos dos relatos tomando por referência os construtos de agência moral e crença de autoeficácia, propostos pela Teoria Social Cognitiva, contemplando, assim, o objetivo (2).

Ao retomar a análise a partir do primeiro núcleo temático (Tabela 2), relacionado à *economia de água e energia nos ambientes laboral, doméstico e em outros ambientes*, tem-se os seguintes exemplos:

Olha, a água, a gente tem uma quantidade de utensílio pra lavar, e gasta de acordo com a quantidade do que você vai lavar, né?(...). Geralmente, quando a gente está ensaboando, está a torneira fechada, entendeu? Aí enxágua tudo de uma vez. É assim que funciona. Com certeza, o desperdício de água em relação a isso, não tem.

(*NT1 água/laboral*, Mundurukú, copa)

E no trabalho, aqui, quando eu vejo as luzes em ambientes desnecessários, que alguém esqueceu, eu desligo. Aí só ligo das salas que for necessário. Quando tem janelão com vidro, não precisa ligar. Principalmente dos banheiros, que eu tenho muito cuidado. Quando eu entro, às vezes encontro bastante ligado, eu desligo. E as salas, quando eu venho limpar, já tem chegado o pessoal, não precisa estar ligando luzes, eles já ligam. E só liga na parte que é necessário(...).

(*NT1 energia/laboral*, Pataxó, limpeza)

Na minha casa eu tento economizar bastante. Eu junto água numa vasilha, quando eu vou lavar os pratos, pra não estar com a torneira aberta. Aí eu lavo os pratos todinhos. Quando está tudo lavado, aí é que eu abro a torneira pra enxaguar. Chuveiro, quando vai se

ensaboar, fecha o chuveiro, se ensaboa primeiro, pra depois se enxaguar. Economizar bastante. Tenho vasilha em casa, balde, vou, encho, tampo, boto água sanitária pra economizar bastante água.

(NT1 água/doméstico, Kambiwá, limpeza)

A energia, na minha casa, assim, eu sou supereconômica. (...) Se eu vou no banheiro, aí eu vou ligo, aí depois que eu saio, desligo. Fica sempre uma lâmpada acesa, somente aquela que a gente está usando na hora, que é ou da sala, ou do terraço, se a gente estiver usando, ou do quarto, ou da cozinha.(...). Eu tiro tudo da tomada. Só na hora de dormir mesmo que eu vou lá, ligo o ventilador, aí quando eu vou dormir, desligo a televisão, desligo o micro-ondas. Desligo tudo.

(NT1 energia/doméstico, Canela, limpeza)

Várias vezes eu passei por alguns lugares que não era perto da minha casa, e eu vi algum cano estourado, vazando muita água, eu procurei encaixar ali, colocar uma pedra em cima para que aquela água não fosse jogada fora, né. Porque tem tantas pessoas precisando de água.

(NT1 água/outros ambientes, Fulni-ô, limpeza)

O segundo núcleo temático, relacionado à *reutilização de água e outros materiais no ambiente laboral e no ambiente doméstico*, observa-se, por exemplo, os seguintes relatos:

(...) chego cedo, aí lavo o banheiro (...) gasto menos água. Porque a gente é mais o que? É mais banheiro, e mais pano de chão. Aquela água do pano de chão que eu deixo de molho, eu guardo pra dar descarga no banheiro, pra dar descarga no mictório.

(NT2 água/laboral, Canela, limpeza)

E em casa também, né. (...) Aí eu aproveito a água da máquina de lavar roupa. Eu aproveito, já faço o que? Já coloco pra lavar o banheiro.

(*NT2 água/doméstico*, Baré, limpeza)

Aqui no trabalho (...) a gente apanha, coleta o lixo nas salas (...). E as vasilhinhas, a gente lava, não joga no lixo não. Lava e leva, porque tem uma moça aqui que ela pega pra dar sopa na rua. Aí eu pego, junto, e dou a ela.

(*NT2 outros materiais/laboral*, Kokama, limpeza)

(...). E comida que sobra, que geralmente é muito pouco, (...) porque com essa crise a gente aprendeu a reaproveitar tudo. Sobra um macarrão, um arroz, faz uma sopa. Então geralmente é muito difícil jogar comida fora.

(*NT2 outros materiais/doméstico*, Baniwa, limpeza)

A respeito do terceiro núcleo temático que trata de *descartar corretamente vidro e outros resíduos (comuns e especiais), nos ambientes laboral, doméstico e em outros ambientes*, exemplifica-se com os seguintes relatos dos comportamentos:

Aqui no trabalho, (...) um papel no corredor, a gente apanha, coleta o lixo nas salas, o lixo que é reciclagem,(...), plástico, metal, ... e papel da reciclagem, que são os limpos, né?

(*NT3 descarte/resíduos comuns (reciclagem)/laboral*, Kokama, limpeza)

(...) aqui é separado. Papel, plástico, vidro. Tudinho. Cada andar tem os seus compartimentos, já tem o saco de lixo de cor, azul, amarelo, já pra separar.

(NT3 descarte/resíduos comuns (reciclagem)/laboral, Makuxi, limpeza)

Aqui a coleta quem faz é os meninos. Mas quando é vidro, é assim, taça, xícara, a gente separa, deixa numa caixa, pra eles não se cortar, aí eles vão, depois, e fazem a coleta. Enrola e leva lá pra baixo.

(NT3 descarte/vidro/laboral, Atikum, copa)

Em casa também eu tenho feito isso, né? Porque lá tem uma pessoa que precisa muito (...) trabalha com isso, né? E a gente tem dois sacos em casa. A gente bota tanto papel pra ela, quanto garrafa pet (...). Agora, a questão do papel e do plástico, a gente separa.

(NT3 descarte/resíduos comuns (reciclagem)/doméstico, Baniwa, limpeza)

Eu sempre separo assim (...) vidro (...). Pra turma não se cortar, né? Porque sempre tem uns catadores que vem pra catar lixo. (...) principalmente vidro, eu... embrulho num... como se fosse um papelão, aí depois boto num saco de lixo, e jogo.

(NT3 descarte/vidro/doméstico, Baré, limpeza)

(...) eu faço faxina no sábado, aí lá na casa da mulher, essas coisas de plástico, eu digo a ela, “olha, eu vou jogar fora não”. Quando não tem, assim, uma sacola pra mim levar, aí eu deixo lá. Aí eu como eu vou outra semana de novo, aí tem já uma sacolinha, aí eu levo pra casa. Aí dou ao pessoal.

(NT3 descarte/resíduos comuns (reciclagem)/outros ambientes, Kayapó, limpeza)

Sempre quando eu vejo (...) algum vidro espalhado, eu procuro sempre colocar ele numa caixa, (...), porque alguém pode se cortar, (...). Essa semana mesmo eu vi (...) uma xícara quebrada. (...). Então eu tirei ela do meio do caminho,(...), eu vi uma caixa, coloquei ela dentro de uma caixa,(...), e coloquei lá no lixo. Ela não estava no lixo, ela estava no caminho.

(*NT3 descarte/vidro/outros ambientes, Fulni-ô, limpeza*)

Foram evidenciados também em relação ao terceiro núcleo temático - *descartar corretamente* -, comportamentos que se referem à *compostagem e descarte de resíduos especiais, tais como, lâmpada, pilha, óleo, cápsulas e remédio, em ambiente doméstico*. Destaque-se que na maioria dos relatos percebe-se que esses resíduos são levados pelo servidor para o trabalho, onde existe a possibilidade de dar lhes a destinação correta. Foi encontrado também o comportamento de recolher *resíduos comuns em outros ambientes para o descarte correto*. Esses comportamentos, podem ser exemplificados, pelos relatos que se seguem:

Na minha casa também. Faço separação da comida,(...) eu gosto de plantar. Então eu separo as sementes de mamão, boto no cantinho,(...) de banana, tudo... eu reciclo tudo na minha casa.

(*NT3 descarte/resíduos comuns (compostagem)/doméstico, Canela, limpeza*)

(...) E em casa, eu guardo muita pilha. (...) antigamente jogava no lixo. Agora, como eu vi que tem aqui o suporte das pilhas, aí eu trago as pilhas pra cá.(...) Remédio também. Eu não sabia de remédio, aí quando tem remédio vencido, pomada, tudo, eu trago pra aí.

(*NT3 descarte/resíduos especiais/doméstico, Potiguara, limpeza*)

E na rua, o que eu comer na rua, onde for, de saco, eu boto tudo na minha bolsa. Quando chegar em casa, eu boto no lixo. (...) No bairro, se eu ver na minha rua, onde eu passar, se eu ver, eu apanho, se tiver uma lixeira, eu boto. Se não tiver, (...), eu ando sempre com uma sacolinha, eu boto dentro do saquinho, eu amarro, deixo na minha bolsa, quando eu chegar num lugar que tiver uma lixeira, eu coloco.

(NT3 descarte/resíduos comuns/outros ambientes, Kambiwá, limpeza)

Para o quarto núcleo temático, relacionado à *orientar/reportar/reclamar, quanto à água, energia e resíduos no ambiente laboral, doméstico e em outros ambientes*, observa-se, por exemplo, os seguintes relatos:

Até fico assim, doente, quando tem (...), vazamento de descarga, que a gente manda o pessoal da manutenção, aí as vezes demora, é aquele todo processo, tem que abrir chamada, e fica lá vazando. Mas assim, eu sempre tenho atenção.

(NT4 orientar/reportar/reclamar/água/laboral, Tembê, limpeza)

Porque às vezes (...) com o ar-condicionado ligado e a janela aberta...Aí eu vou lá e reclamo. Mas quando não tenho intimidade, vou lá e não faço isso não. Vou chamar uma outra pessoa que é responsável pela sala.

(NT4 orientar/reportar/reclamar/energia/laboral, Canela, limpeza)

(...) na minha casa eu não pago água e nem pago luz. (...). E eu economizo. (...). Eu reclamo com os meninos, quando deixa ligada a torneira.

(NT4 orientar/reportar/reclamar/água/doméstico, Atikum, copa)

Olha, eu vejo muito desperdício. Desperdício de água. (...) Dois, três canos estourados, vazando água. A gente liga pra COMPESA, (...). Demora muito. Porque a obrigação da gente, é ver um vazamento, é avisar, (...). Já pra não tá desperdício de água. Porque água (...), é muito importante.

(NT4 orientar/reportar/reclamar/água/outros ambientes, Makuxi, limpeza)

Assim, o poste às vezes está só piscando, um focozinho, aí eu ligo pra CELPE (...) qualquer coisa de energia ali no poste, saindo fogo, já comunico (...) tinha uma mulher lá na rua, ela estava aguando a rua, sem necessidade, aí eu cheguei junto dela, aí eu até me atrevi falar isso, né, eu disse assim, “senhora, está uma falta de água tão grande, e a senhora tá aguando a calçada. Tenha dó”. Aí ela olhou pra mim, entrou uma cara feia. (...)

(NT4 orientar/reportar/reclamar/energia/outros ambientes, Kokama, limpeza)

(...) lá no bloco que eu moro mesmo, tem gente, que independente dos andares, deixa a luz do corredor a noite todinha acesa (...) isso aí também eu sempre peço para o pessoal que está de frente, sempre estar dando uma olhadinha, se deixaram alguma coisa acesa.

(NT4 orientar/reportar/reclamar/energia/outros ambientes, Truká, limpeza)

Aí eu disse, “mas não tem o rapaz que passa recolhendo latinha, esses negócios? Vocês podem juntar e dar a ele”. Que ele não é um reciclado, que ele vende no ferro velho. As

meninas dizem, “é, mas eu lá vou ter tempo pra isso?”. Então não liga não (...) Já falei com o líder comunitário de lá. Ele disse, “eu vou falar com o vereador de lá, que é lá do pedaço, pra ver se o vereador bota esses suportezinhos.

(NT4 orientar/reportar/reclamar/resíduos/outros ambientes, Potiguara, limpeza)

Os trechos acima destacados foram selecionados em função de sua maior clareza e representatividade quanto aos núcleos temáticos. Cabe agora trazer em destaque exemplos de trechos dos relatos que estão vinculados ao objetivo de compreender a relação entre comportamentos pró-ambientais, agência moral e crença de autoeficácia dos servidores.

Verifica-se um processo de autorregulação da conduta em direção a comportamentos pró-ambientais, nos ambientes laboral e doméstico, a partir dos ensinamentos que receberam no trabalho, como se pode perceber nos exemplos a seguir:

(...) depois que eu vim trabalhar aqui foi que eu comecei a aprender a separar as coisas. Porque eu jogava tudo de uma vez só, fora. Só que tem um cidadão que ele botou esses... esses separadores de metal, de lata, de água, de garrafa, de tudo. Aí agora eu separo. Eu só boto no lixo o que é lixo. (...) Aqui e na minha casa.

(Laboral e doméstico, Sateré-Mawé)

(...) no trabalho aqui a gente recicla. Porque já foi passado. O pessoal da parte do meio ambiente, (...), já passou, que a gente tem que... papel no papel, plástico no plástico, metal no metal. E a gente separa, e leva tudo lá pra parte que fica o lixo. Tudo nos seus saquinhos, divididos. Cada cor de saco é a cor do material. E o cestinho que são distribuídos pelos lugares, a gente já bota, e recolhe... vai apanhando das salas e botando naquele recipiente.

E separa direitinho, e leva lá, pra quando o carro vir buscar... que tem um carro que pega a parte da reciclagem, aqui do trabalho. Em casa também eu reciclo, e boto sempre em lugares que tem a parte de... a coleta. Eu aprendi aqui, e a gente fica com aquilo. Quando a gente aprende, a gente aprende aqui, e em casa também.

(Laboral e doméstico, Pataxó)

(...) vidro eu não botava não. Eu esperava que o carro passava, aí eu dava ao rapaz. Eu dizia, “olha, isso aqui é vidro”, pra ele não cortar a mão. Mas as outras coisas, iam tudo junto, né. Mas depois que aqui me ensinou a fazer a reciclagem, tudo direitinho, aí quando é lata, ou coisa de vidro, de azeite, eu gosto de trazer azeite de oliva, aí eu trago o vidro pra cá, essas coisas assim. E suco também eu trago. Mas lá onde eu moro, ninguém não faz nenhuma reciclagem.

(Laboral e doméstico, Kokama)

Também se evidencia um *comportamento proativo* dos servidores em direção às condutas pró-ambientais, seja em interação com outros ou sozinho, a exemplo dos seguintes trechos de relatos:

Aqui no trabalho mesmo, quando eu começo a fazer as coisas, um exemplo, limpar banheiro, lavar um pano de chão, escovar os dentes, (...), enquanto eu estou lavando o pano, esfregando, eu desligo a torneira, aí quando eu vou enxaguar, que eu ligo. (...). Às vezes eu chego no banheiro masculino, aqui no trabalho, aí está o mictório aberto, que o povo esquece,(...), aí eu vou, desligo. Uma luz acesa, quando eu vejo, eu vou e apago. Tem andares por aqui que, quando eu chego no andar, está a luz acesa, ar-condicionado ligado,

e sem ninguém na sala, sem ninguém no andar. Aí eu vou, saio desligando tudinho.
(*Laboral*, Baré)

“(...) na minha casa eu não pago água e nem pago luz. É puxada da rua. Porque é um bairro bem simples. E eu economizo. Mesmo eu puxando, entendeu? Eu reclamo com os meninos, quando deixa ligada a torneira. Eu não gosto. (...) Porque eu acho isso importante também. Muito importante mesmo.” (*Doméstico*, Atikum)

(..) tem aqueles homens que vendem banana, aí come, joga assim. Eu digo, “meu Deus”. Uma queda aí, né, é horrível, né. Na pista, logo. (...) Eu pego... quando está assim, dá pra mim, eu puxo pra um cantinho, que não... não passa ninguém. Que quando alguém vier varrer, né, os garis, qualquer coisa assim, aí leva. Se tiver uma lixeira, ainda pego assim e boto. Mas não tem, é muito difícil ter lixeira ali. (*Outros ambientes*, Kokama)

No geral, percebeu-se nos relatos uma elevada crença de autoeficácia. Em apenas dois casos, percebe-se uma escassez de detalhes na descrição de comportamentos proativos e de autorregulação. Interessante compará-los com outros dois relatos, nos quais há um comportamento proativo mais detalhado e a presença da autorregulação:

Em casa, quem cuida é a minha mãe. Eu só... é tranquilo. Lá em casa... é, essas coisas, essa limpeza. Em casa mesmo, quem cuida é ela. E na rua, eu evito o máximo. E aqui, eu dou o meu máximo. Tipo assim, pra sempre é... manter limpo. (Anacé)

Ah, tento economizar o máximo, né. No que eu posso. Tanto aqui como em casa. E energia, também. (...) Sobre o lixo em casa, não sou muito organizada não. Boto tudo num saco só. (Kiriri)

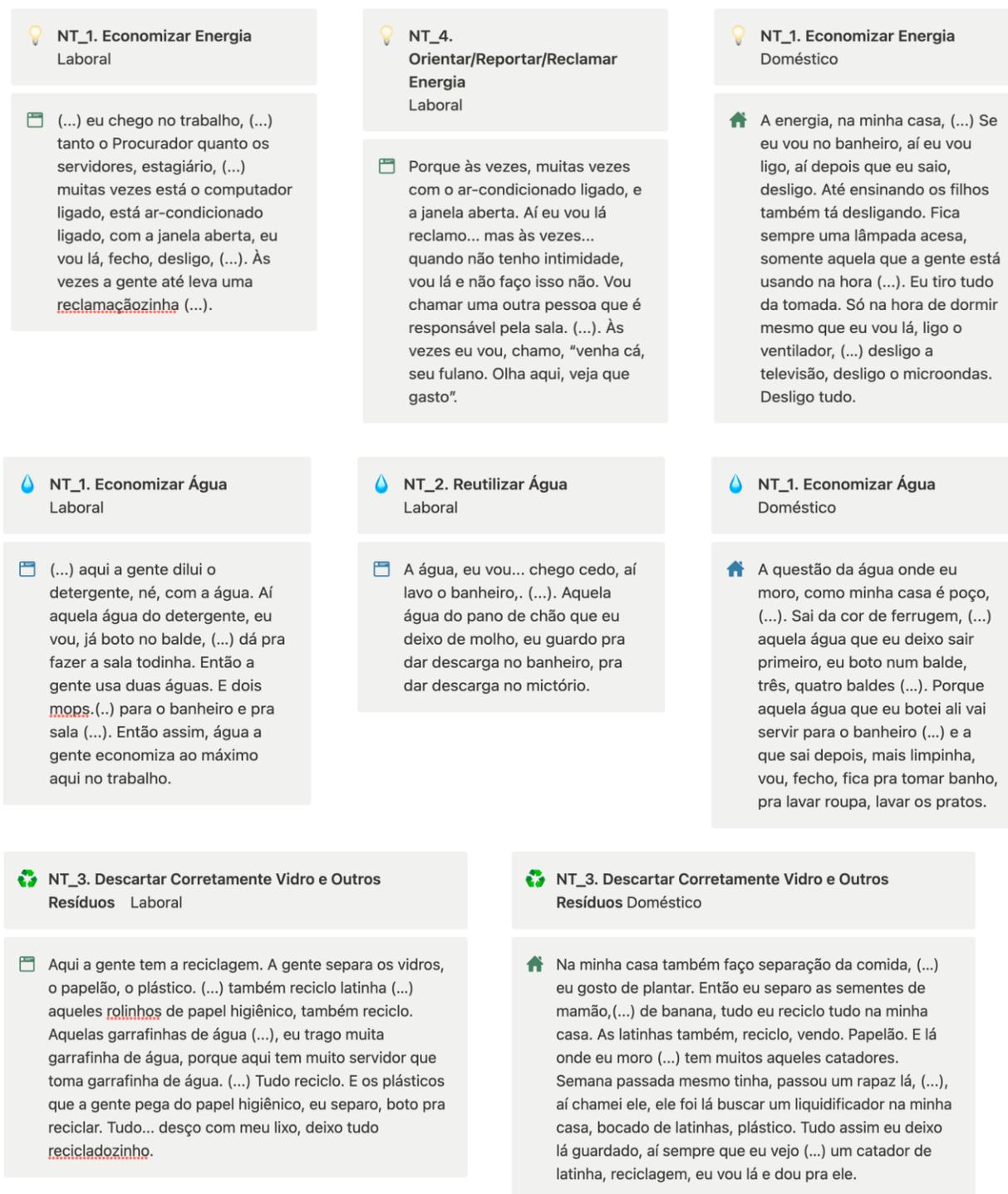
Tanto é que depois que eu tive aquela aula, (...), sobre o meio ambiente, sobre o racionamento de água que vai ter (...), eu comecei a me policiar, e sempre quando vai lavar os pratos, eu primeiro ensaboo os pratos, depois enxaguo, pra não estar deixando a torneira ligada muito tempo. (Fulni-ô)

Na minha casa eu tento economizar bastante. Eu junto água numa vasilha, quando eu vou lavar os pratos, pra não estar com a torneira aberta. Aí eu lavo os pratos todinhos. Quando está tudo lavado, aí é que eu abro a torneira pra enxaguar. Chuveiro, quando vai se ensaboar, fecha o chuveiro, se ensaboa primeiro, pra depois se enxaguar. Economizar bastante. Tenho vasilha em casa, balde, vou, encho, tampo, boto água sanitária, pra economizar bastante água. E aqui no trabalho, a gente faz o possível pra economizar. Principalmente quando vai lavar banheiro, a gente tem as vasilhinhas, a gente bota água sanitária, bota água pra enxaguar, pra jogar. Pra não estar com aquele chuveirinho estragando água. Porque ali estraga muito a água. (Kambiwá)

Para demonstrar um relato que pode melhor representar uma elevada crença de autoeficácia com o comportamento mais proativo e autorregulação, transcreve-se na Figura 3 a seguir os comportamentos pró-ambientais de um servidor (Canela), organizados conforme os núcleos temáticos anteriormente expostos:

Figura 3

Canela, Comportamentos Pró-Ambientais



Diante dessas análises, cabe um espaço de discussão à luz da TSC, que será realizada no tópico a seguir.

6. DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se, a partir do relatos dos entrevistados, a presença de comportamentos pró-ambientais que foram agrupados em núcleos temáticos específicos que contemplaram ações referentes ao modo de lidar com água, energia, resíduos e outros materiais. Destacam-se as condutas de economizar, reutilizar e descartar corretamente (incluindo a reciclagem e a compostagem). Também foram identificadas ações de orientar, reportar, reclamar, em face de problemas ambientais ou comportamentos anti-ambientais presenciados pelos servidores. No geral, foram descritas as ocorrências dessas ações nos ambientes laboral, doméstico e em outros ambientes.

Os construtos da TSC, em especial a autoeficácia e a agência moral, deram alicerce para um melhor entendimento dos comportamentos pró-ambientais identificados. No âmbito da agência moral, deu-se ênfase à autorregulação e ao comportamento proativo.

No que concerne à agência moral, percebeu-se, de acordo com o que aponta Bandura (2008a), que as pessoas desenvolveram padrões de certo ou errado relacionados às condutas ambientais investigadas e procuraram agir em conformidade com esses parâmetros, estimulando ou impedindo certos comportamentos seus e de outras pessoas, ainda que tais ações representassem um maior esforço ou custo pessoal, inclusive com o enfrentamento de reprovações sociais.

Nesse diapasão, destacam-se os relatos direcionados ao comportamento proativo, como por exemplo o de *Baré, Kokama e Canela*, que envolvem um esforço pessoal de engajamento, orientado pelos valores de preservação ambiental. Os participantes se comprometiam com as ações pró-ambientais e se responsabilizavam por elas, mesmo diante de dificuldades ou adversidades. Percebe-se que demonstravam uma convicção a respeito do valor dessas ações e do seu autovalor ao praticá-las, conforme explicita Bandura (2008a).

Quanto aos relatos que demonstram a presença da autorregulação (Azzi et al., 2017), percebem-se as três subfunções desse processo: auto-observação, julgamento e autorreatividade. A auto-observação demonstra um monitoramento pelo indivíduo do próprio comportamento. O julgamento acerca do comportamento e do contexto, a partir de seus valores, padrões pessoais e suas referências sociais, para considerar se a conduta é ou não apropriada. E, por fim, a autorreatividade, na qual o indivíduo reage à dissonância expressa entre o comportamento executado e suas novas regras morais, adotando novas condutas mais favoráveis ao meio ambiente. Processos como estes ficam evidentes nos relatos de *Sateré-Mawé*, *Pataxó*, *Kokama* e *Fulni-ô*, nos quais se destaca a referência ao aprendizado no local de trabalho.

No que diz respeito à crença de autoeficácia, a fase quantitativa buscou medi-la em relação aos comportamentos pró-ambientais dos participantes, relacionados à água, energia e resíduos. Entretanto, não foram encontradas diferenças significativas entre os diversos grupos sociodemográficos, demonstrando que não houve uma interferência dessas variáveis sobre o construto da autoeficácia. Destaca-se, no entanto, que os escores da percepção de autoeficácia se apresentaram elevados.

A análise dos relatos reitera esse entendimento, visto que evidenciam um comportamento proativo, com enfrentamento de adversidades, a partir de uma variedade de condutas mais complexas, alicerçadas numa maior expressividade de valor moral. Destaque-se como exemplo, os relatos de *Fulni-ô*, *Kambiwá* e, em especial, *Canela*.

Nesse sentido, revalida o que Bandura (2006b, 2007a) pontua a respeito da relação entre a crença de autoeficácia e a agência moral, no sentido de que as pessoas com elevada crença de autoeficácia tendem a enfrentar mais as adversidades e serem mais resilientes. Segundo ele, as

decisões importantes que essas pessoas tomam são pautadas pela fidelidade aos seus valores, inclusive enfrentando situações mais desafiadoras.

Nesse diapasão, destaca-se também a relação entre a crença de autoeficácia e o esforço autorregulatório (crença de autoeficácia regulatória) nos relatos de *Fulni-ô e Canela*. Percebe-se que essas pessoas, diante de adversidades e impedimentos, buscam superá-los, através de um esforço autorregulatório, ajustando sua conduta, para obter os objetivos desejados. Bandura (2006b, 2007a) explica que em razão de sua elevada crença de autoeficácia a pessoa acredita no controle de suas motivações e ações, ela é mais perseverante nos esforços de autocontrole e resiste às pressões para romper os seus padrões morais.

Em apenas dois relatos, Anacé e Kiriri, percebe-se condutas menos detalhadas, fala-se, de maneira genérica, por exemplo, em "economizar", "evitar gastar", "limpeza possível", "dou o meu máximo", mas não explica como se faz, não traz exemplos de condutas. Também neles não se encontram relatos de enfrentamento das adversidades, de ambientes contrários, não demonstrando ações que demandam maior esforço e consciência do valor, como está presente em outros relatos. Há, inclusive, a transferência da responsabilidade para outra pessoa (por exemplo, a mãe). Desse modo, tais relatos podem denotar um indicativo de baixa percepção de autoeficácia, pois, conforme destacado por Bandura (2006b, 2007a), pessoas com baixa autoeficácia, quando encontram alguma dificuldade, facilmente desistem e não se esforçam para levar adiante as ações, mesmo entendendo sua importância.

Além disso, é importante salientar a prática de condutas pró-ambientais, mesmo diante de adversidades no acesso à luz e à água e na falta de estrutura para a destinação adequada dos resíduos, próprias de um contexto de baixa renda (cf. os relatos de Potiguara, Atikum, Kokama, Canela).

O fato de, no geral, a percepção de autoeficácia dos entrevistados ter sido elevada, vem ao encontro do que se defende em alguns estudos (Al Mamun et al., 2018, 2019; Ferreira & Santana, 2021) no sentido de que tais pessoas poderiam ser levadas a não praticarem condutas pró-ambientais, devido à falta de condições estruturais que acaba por demandar um maior esforço pessoal na adoção e manutenção dessas condutas.

Tais constatações estão em consonância com o entendimento de Bandura indicando que as pessoas avaliam oportunidades e restrições para regular sua conduta, fazendo um julgamento de suas capacidades, antecipando os resultados e como deve ser o curso de sua ação (Bandura, 2006b).

Portanto, para Bandura (2003; Azzi & Polydoro, 2006), a crença de autoeficácia deve ser entendida como algo não linear, não aplicável a todas as condutas de modo generalizado, mas sim, relacionada à especificidade de cada conduta, à determinada tarefa específica, ou conjunto de tarefas, inserida em um determinado contexto, favorável ou não, para a ativação dessa crença.

Essas constatações explicam porque mesmo em contextos considerados adversos, a crença de autoeficácia pode impulsionar o indivíduo a agir, assim como se destaca a importância de proporcionar ambientes e contextos que favoreçam às ações pretendidas.

A partir dos elementos trazidos acima, percebe-se que a TSC lançou uma luz nos achados da pesquisa, nos indicando, portanto, caminhos que podem contribuir para o entendimento do que favorece ou não a promoção do comportamento pró-ambiental. Percebe-se o papel importante da crença de autoeficácia em relação à prática de certas ações de preservação ambiental, no enfrentamento das dificuldades e na perseverança nas ações, inclusive em se tratando de pessoas de baixa renda, indicando que medidas para a elevação da crença de autoeficácia dos servidores podem ser um caminho para o aperfeiçoamento dos programas de gestão ambiental na Administração Pública (AP).

No que tange às considerações finais, ressalte-se primeiramente que, a partir das contribuições da TSC, com enfoque na crença de autoeficácia e na agência moral, este estudo analisou os comportamentos pró-ambientais - em especial aqueles referentes à água, energia e resíduos - dos servidores terceirizados da Advocacia-Geral da União e do Tribunal Regional Eleitoral em Recife.

No geral, a pesquisa revelou uma escore elevado na percepção de autoeficácia, porém não houve uma diferenciação em termos dos perfis sociodemográficos. Foram encontrados relatos de comportamentos pró-ambientais nas três áreas (água, energia e resíduos), praticados tanto no ambiente laboral, quanto nos contextos familiar e social. Também percebeu-se a presença de comportamentos pró-ativos, que demonstraram o processo de autorregulação, como expressão de elevada percepção de autoeficácia e dos elementos da agência moral.

Os ensinamentos da TSC indicam que indivíduos com elevada crença de autoeficácia tendem a perseverar no comportamento que consideram correto, mesmo diante de dificuldades e adversidades, interpretando-as como oportunidades para exercer a criatividade e, a partir da autorregulação, manterem-se fiéis ao comportamento que valorizam. Por outro lado, as pessoas com baixa crença de autoeficácia tendem a um menor enfrentamento e não persistem na prática dos comportamentos, mesmo que os considerem valiosos.

O fortalecimento da crença de autoeficácia também é indicado na literatura como fator que possibilita a prática de comportamentos pró-ambientais por pessoas de baixa renda, que em geral encontram maiores dificuldades e falta de estrutura para essa prática, conforme também destacado nesta pesquisa. Desse modo, esses achados podem contribuir para elucidação de alguns elementos que ajudem na melhoria dos programas de gestão pública socioambiental.

Primeiramente, cabe destacar a importância de investir em melhoramento de infraestrutura, por exemplo, com equipamentos que facilitem a economia de água e energia, bem como a destinação correta dos resíduos, criando um contexto favorável à prática dos comportamentos pró-ambientais. Ressalte-se também os modos de fortalecimento da crença de autoeficácia.

Quanto a esse último aspecto, o principal modo é a experiência de domínio, quando a pessoa realiza e vivencia a ação e tem sucesso; outro meio é a modelação social, através de modelos que inspiram, motivam e orientam como fazer; destaca-se também a persuasão social, quando algumas pessoas são capazes de influenciar a motivação de outras, fazendo com que acreditem em seu potencial para determinadas ações. Tais meios para aumentar a crença de autoeficácia podem contribuir, por exemplo, para orientar o treinamento dos servidores (exigido pela Instrução Normativa n. 10, 2012) a ser elaborado pela empresa contratada, e/ou pelo órgão da AP.

Além disso, o treinamento dos funcionários deve priorizar a inovação a fim de aperfeiçoar e renovar as práticas rotineiras e antigas. Importante também para a TSC é o estabelecimento de metas e submetas com a participação dos interessados para promover a crença de autoeficácia no ambiente organizacional. Além disso, o investimento na aprendizagem das regras exigidas na rotina do trabalho, indicando situações concretas e variadas nas quais os servidores podem exercitar novos comportamentos.

A TSC também defende uma gestão baseada na formação de lideranças e compartilhamento de conhecimento, com decisões tomadas de modo participativo, e não em hierarquia, a fim de que haja um aumento da crença de autoeficácia dos funcionários. Nesse aspecto, estabelece-se uma dissonância com o modelo de gestão da AP que tem uma estrutura hierarquizada, com funções e cargos predeterminados em lei.

As orientações da TSC têm importância especial para a gestão socioambiental na AP, uma vez que incentiva a inovação, a perseverança e o enfrentamento das adversidades, características fundamentais para o sucesso da gestão socioambiental, a fim de que haja perenidade em suas ações e para que não fiquem dependentes da sensibilidade e visão socioambiental dos superiores hierárquicos facilitando não sofrerem descontinuidade por mudança de governantes e de orientação política.

A TSC tem sido aplicada em larga escala na gestão socioambiental em várias temáticas e diferentes países. Esse trabalho inova, portanto, ao trazer esta teoria para analisar e contribuir para o aperfeiçoamento dos programas brasileiros de gestão socioambiental que visam a mudança de comportamento dos servidores públicos, em especial dos servidores terceirizados, com as peculiaridades envolvidas, em relação à situação socioeconômica desses servidores e as questões ambientais que envolvem o seu trabalho de modo diferenciado.

Como limitações, que indicam pistas para novas pesquisas, o fato de não ser um estudo longitudinal, no qual se acompanhe os servidores antes e depois dos treinamentos e/ou das orientações recebidas no órgão público acerca dos comportamentos pró-ambientais almejados. Além disso, o fato da pesquisa ter sido, por conveniência, limitada a dois órgãos públicos, reduzindo o número de participantes. Nesse sentido, sugere-se que em futuros estudos seja realizado esse acompanhamento da mudança de comportamento dos participantes, bem como ampliado o número de participantes da pesquisa e dos órgãos públicos, incluindo outros órgãos que também desenvolvam programas de gestão socioambiental.

Esclareça-se, destarte, que não é objetivo deste estudo uma avaliação do programa de gestão ambiental dos órgãos públicos, nem mesmo dos treinamentos e orientações recebidas pelos

servidores. O que se buscou aqui foi apresentar um quadro de quais são e como se dão os comportamentos pró-ambientais dos servidores e analisar esses comportamentos à luz da TSC.

Trata-se de lançar algumas luzes a partir da TSC aplicada à experiência de gestão pública socioambiental nos dois órgãos pesquisados, AGU e TRE em Recife, contribuindo para o aperfeiçoamento dos programas de gestão socioambiental na AP brasileira, e conseqüentemente, para a formação de servidoras e servidores, cidadãos e cidadãs brasileiros, que atuarão como multiplicadores nos órgãos públicos, em suas casas e em seus bairros, comunidades e cidades, promovendo a preservação do meio ambiente, buscando mais qualidade de vida não só para si e seus familiares, mas também para seu entorno social, deixando um legado para as presentes e futuras gerações.

REFERÊNCIAS

- Abreu, G. V. de, Feitosa, A. R., & Motta, L. da. (2012). Experiência da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P no Ministério do Meio Ambiente. In M. W. Bliacheris & M. A. S. de O. Ferreira (Eds.), *Sustentabilidade na Administração Pública: Valores e práticas de gestão socioambiental* (pp. 155–171). Fórum.
- Al Mamun, A., Masud, M. M., Fazal, S. A., & Muniady, R. (2019). Green vehicle adoption behavior among low-income households: Evidence from coastal Malaysia. *Environmental Science and Pollution Research*, 26(26), 27305–27318. <https://doi.org/10.1007/s11356-019-05908-2>
- Al Mamun, A., Mohamad, M. R., Yaacob, M. R. B., & Mohiuddin, M. (2018). Intention and behavior towards green consumption among low-income households. *Journal of Environmental Management*, 227(January), 73–86. <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2018.08.061>
- American Psychology Association. (2011). *Conservation Psychology*. <https://www.apadivisions.org/division-34/interests/conservation>
- American Psychology Association. (2014). *Environment*. <https://www.apa.org/topics/environment>
- Ardoin, N., Heimlich, J., Braus, J., & Merrick, C. (2013). *Influencing Conservation Action: What Research Says About Environmental Literacy, Behavior, and Conservation Results*.
- Armstrong, A., & Stedman, R. C. (2012). Landowner willingness to implement riparian buffers in a transitioning watershed. *Landscape and Urban Planning*, 105(3), 211–220. <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2011.12.011>

- Azzi, R. G., Lima Júnior, E. J., & Corrêa, W. G. (2017). *Agência moral na visão da Teoria Social Cognitiva: Vol. II*. Letral.
- Azzi, R. G. & Polydoro, S. A. J. (2006). Auto-eficácia proposta por Albert Bandura: Algumas discussões. In Azzi, R. G. & Polydoro, S. A. J., *Auto-eficácia em diferentes contextos*. Editora Alínea.
- Bandura, A. (1977). Self-efficacy: Toward a Unifying Theory of Behavioral Change. *Psychological Review*, 84(2), 191–215.
- Bandura, A. (1986). *Social foundations of thought & action*. Prentice-Hall.
- Bandura, A. (1988). Organisational Applications of Social Cognitive Theory. *Australian Journal of Manage*, 13(2), 275–302. <https://doi.org/10.5465/AMR.1989.4279067>
- Bandura, A. (1991). Social Cognitive Theory of Moral Thought and Action. In William M. Kurtines, Jacob Gewirtz, Jacob L. Lamb (Ed.), *Handbook of Moral Behavior and Development: Vol. 1: Theory* (pp. 45–103). Lawrence Erlbaum Associates, Inc.
- Bandura, A. (1999). *Moral Disengagement In The Perpetration Of Inhumanities*. 193–209.
- Bandura, A. (2002). Environmental sustainability by sociocognitive deceleration of population growth. In P. Schmuck & W. Schultz (Eds.), *The psychology of sustainable development* (pp. 209–238). Kluwer.
- Bandura, A. (2003). *Self-efficacy: The exercise of control* (Seventh Pr). W.H. Freeman and Company.
- Bandura, A. (2006a). Going global with social cognitive theory: From prospect to paydirt. In *Applied psychology: New frontiers and rewarding careers* (pp. 53–79). <https://doi.org/10.4324/9780203837603>

- Bandura, A. (2006b). Toward a Psychology of Human Agency. *Perspectives on Psychological Science*, 1, 164–180. <https://doi.org/10.1111/j.1745-6916.2006.00011.x>
- Bandura, A. (2007). Impeding ecological sustainability through selective moral disengagement. *International Journal of Innovation and Sustainable Development*, 2(1), 8–8. <https://doi.org/10.1504/IJISD.2007.016056>
- Bandura, A. (2008a). An agentic perspective on positive psychology. In S. J. Lopez (Ed.). *In S J Lopez Ed, 1*, 1–27.
- Bandura, A. (2008b). Environmental harm. *Psychology Review*, 14(2), 1–5.
- Bandura, A. (2009). *Moral disengagement in the corporate world*. <https://doi.org/10.1080/08989620802689847>
- Bandura, A. (2015). Impedindo a sustentabilidade ecológica através do desengajamento moral. In Bandura, A., Azzi, R. G., & Tognetta, L. R. P. (Eds.), *Desengajamento moral: Teoria e pesquisa a partir da teoria social cognitiva* (pp. 65–122). Mercado das Letras.
- Bandura, A. (2016). *Moral Disengagement: How People Do Harm and Live With Themselves*. Worth Publishers.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo* (1st, 3 Reimpressão ed.). Almedina Brasil.
- Brasil, Ministério do Meio Ambiente. (2018). *Compostagem doméstica, comunitária e institucional de resíduos orgânicos: Manual de orientação*. Ministério do Meio Ambiente. <http://www.mma.gov.br/cidadessustentaveis/residuos-solidos/item/484.html>
- Cacioppo, J. (2007). Psychology is a Hub Science. *APS Observer*, 20(8). <https://www.psychologicalscience.org/observer/psychology-is-a-hub-science>

- Caixeta, D. M. (2010). *Atitudes e comportamentos ambientais: Um estudo comparativo entre servidores de instituições públicas federais* [Mestrado, Dissertação, Universidade de Brasília]. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/8431>
- Clayton, S., Devine-Wright, P., Stern, P. C., Whitmarsh, L., Carrico, A., Steg, L., Swim, J., & Bonnes, M. (2015). Psychological research and global climate change. *Nature Climate Change*, 5(7), 640–646. <https://doi.org/10.1038/nclimate2622>
- Clayton, S., Devine-Wright, P., Swim, J., Bonnes, M., Steg, L., Whitmarsh, L., & Carrico, A. (2016). Expanding the role for psychology in addressing environmental challenges. *American Psychologist*, 71(3), 199–215. <https://doi.org/10.1037/a0039482>
- Constituição Federal (1988). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Creswell, J. W., & Clark, V. L. P. (2013). *Pesquisa de Métodos Mistos*. Penso.
- Decreto Presidencial n. 5.940, (2006). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004
- Decreto Presidencial n. 7.746, (2012). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7746.htm
- Decreto Presidencial n. 10.936, (2022). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Decreto/D10936.htm
- Dias, G. F. (2006). *Educação e gestão ambiental*. Gaia.
- Ferreira, M. A. S. O. (2012). Apontamentos sobre a Gestão Socioambiental na Administração Pública Brasileira. In M. W. Bliacheris & M. A. S. de O. Ferreira (Eds.), *Sustentabilidade na Administração Pública: Valores e práticas de gestão socioambiental* (pp. 21–43). Fórum.

- Ferreira, M. A. S. O., Ramos, É. P., & Moreira, D. (2009). Advocacia Cidadã e a Agenda Ambiental na Administração Pública. *Revista Da Advocacia-Geral Da União*, 21, 326–341.
- Ferreira, M. A. S. O. (2017). A Teoria Social Cognitiva Aplicada à Gestão Socioambiental na Administração Pública Brasileira. In Santana, S., Dias, C., & Oliveira, M. S., *Teoria Social Cognitiva no contexto da saúde, escola e trabalho* (pp. 197–222). Sinopsys.
- Ferreira, M. A. S. O. (2019). Direito ambiental e gestão pública. In Farias, T. & Trennepohl, T. (Eds.), *Direito Ambiental Brasileiro*. Revista dos Tribunais.
- Ferreira, M. A. S. O., & Santana, S. M. (2019). Mudanças climáticas, desengajamento moral e comportamento pró-ambiental. In Passos, M. C. & Sampaio, M. A. (Eds.), *Psicologia clínica nas fronteiras—Saúde, educação e cultura*. CRV.
- Ferreira, M. A. S. O., & Santana, S. M. (2020). Contribuições da teoria social cognitiva à gestão ambiental. In Barros, A. S., Ferreira, M. A. S. O., & Silva, R. P. G. (Eds.), *A psicologia clínica nas interfaces com o social*.
<https://portal.unicap.br/documents/475032/588286/Ebook-A-Psicologia-Clinica-Nas-Interfaces-Com-O-Social.pdf/4e0d9ac2-b080-a9a9-ec1e-7eae97bdf62d?t=1618576016823>
- Ferreira, M. A., & Santana, S. (2021). Low-income people and pro-environmental behavior: Beyond money issues, a literature review. *Millenium - Journal of Education, Technologies, and Health*, 14, 71–78. <https://doi.org/10.29352/mill0214.19981>
- Francisco (Papa). (2015). *Carta Encíclica Laudato Si sobre o Cuidado da Casa Comum*. Paulinas.
- Francisco (Papa). (2020). *Exortação Apostólica “Querida Amazonia”: Exortação Apostólica Pós-sinodal do Santo*. Loyola.

- Galeno, S. B. (2017). *A gestão e a responsabilidade socioambiental na Justiça Eleitoral de Pernambuco, Brasil* [Mestrado, Dissertação, Universidade de Pernambuco - Faculdade das Ciências da Administração]. http://www.files.scire.net.br/atrio/upe-gdls_upl/THESIS/151/dissertao__susanne_batista_20171222130415241.pdf
- Gifford, R., & Comeau, L. A. (2011). Message framing influences perceived climate change competence, engagement, and behavioral intentions. *Global Environmental Change*, 21(4), 1301–1307. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2011.06.004>
- Gomes, R. (2012). Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In M. C. de S. Minayo (Ed.), *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade* (32nd ed.). Vozes.
- Grabs, J., Langen, N., Maschkowski, G., & Schöpke, N. (2015). Understanding role models for change: A multilevel analysis of success factors of grassroots movements for sustainable consumption. *Journal of Cleaner Production*. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2015.10.061>
- Instrução Normativa n. 1, Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, (2010). <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/legislacao/IN01de2010ComprasSustentaveis.pdf>
- Instrução Normativa n. 10, Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, (2012). <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-10-de-12-de-novembro-de-2012>
- Krajhanzl, J. (2010). Environmental and Proenvironmental Behavior. In Evžen Řehulka (Ed.), *School and Health* (Vol. 21, p. pp.251-274). Masarykova Univerzita, MSD.
- Krenak, A. (2020). *Ideias para adiar o fim do mundo*. Companhia das Letras.
- Kuruppu, N., & Liverman, D. (2011). Mental preparation for climate adaptation: The role of cognition and culture in enhancing adaptive capacity of water management in Kiribati.

- Global Environmental Change*, 21(2), 657–669.
<https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2010.12.002>
- Lei da Política Nacional de Mudanças Climáticas n. 12.187, (2009).
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112187.htm#:~:text=L12187&text=LEI%20N%C2%BA%2012.187%2C%20DE%209,Mensagem%20de%20veto.&text=Institui%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20sobre,Pnmc%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.
- Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos, n. 12.305, (2010).
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm
- Lei de Licitações e Contratos n. 8.666, (1993).
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18666compilado.htm
- Lei n. 12.349 altera a Lei n. 8.666, (2010). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12349.htm#art1
- Milfont, T. L. (2012). The Interplay Between Knowledge, Perceived Efficacy, and Concern About Global Warming and Climate Change: A One-Year Longitudinal Study. *Risk Analysis*, 32(6), 1003–1020. <https://doi.org/10.1111/j.1539-6924.2012.01800.x>
- Minayo, M. C. de S. (Ed.). (2012). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade* (32nd ed.). Vozes.
- Ministério do Meio Ambiente. (n.d.). *Compostagem*. Retrieved November 17, 2020, from <https://www.mma.gov.br/informma/item/7594-compostagem.html>
- Morton, T. A., Rabinovich, A., Marshall, D., & Bretschneider, P. (2011). The future that may (or may not) come: How framing changes responses to uncertainty in climate change

- communications. *Global Environmental Change*, 21(1), 103–109.
<https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2010.09.013>
- Nascimento, L. F., Lemos, Â. D. da C., & Mello, M. C. A. de. (2008). *Gestão Socioambiental Estratégica*. Bookman.
- Orientar—Dicio, Dicionário Online de Português*. (n.d.). <https://www.dicio.com.br/orientar/>
- Palacios, J., & Aguayo, J. M. (2012). Modelo de autoeficacia y habilidades ambientales como predictores de la intención y disposición proambiental en jóvenes. *Revista Intercontinental de Psicología y Educación*, 14(2), 143–163.
- Palacios, J., & Aguayo, J. M. (2013). Validez factorial de la autoeficacia ambiental y su influencia estructural sobre la conducta proambiental en jóvenes. *Revista Iberoamericana de Evaluación En Psicología*, 1(35), 95–111. http://www.aidep.org/03_ridep/r35/r35art5.pdf
- Papagiannakis, G., & Lioukas, S. (2012). Values, attitudes and perceptions of managers as predictors of corporate environmental responsiveness. *Journal of Environmental Management*, 100, 41–51. <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2012.01.023>
- Pasquali, L. (2003). *Psicometria: Teoria dos testes na psicologia e na educação*. (2nd ed.). Vozes.
- Portaria MMA n. 326, (2020). <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-326-de-23-de-julho-de-2020-268439696>
- Pureza, L. C., Vitali, L. A., Monteiro, M., Souza, M. R. de, & Nottingham, P. C. (2009). *Cartilha da A3P*.
- Reclamar—Dicio, Dicionário Online de Português*. (n.d.). <https://www.dicio.com.br/reclamar/>
- Reportar—Dicio, Dicionário Online de Português*. (n.d.). <https://www.dicio.com.br/reportar/>

- Reser, J. P. (1995). Whither environmental psychology? The transpersonal ecopsychology crossroads. *Journal of Environmental Psychology*, 15(3), 235–257. [https://doi.org/10.1016/0272-4944\(95\)90006-3](https://doi.org/10.1016/0272-4944(95)90006-3)
- Resolução CNJ n. 201, (2015). https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao_201_03032015_22032019155446.pdf
- Ribeiro, P. E. C. D. (2016). *Sustentabilidade, responsabilidade socioambiental e comportamento ecológico no contexto organizacional* [Doutorado, Tese, Universidade de Brasília]. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/24134>
- Russell-Bennett, R., Mulcahy, R., Little, J.-A., & Swinton, T. (2018). Money or mind? What matters most in influencing low-income earners to be energy efficient? *Journal of Social Marketing*, 8(1), 2–23. <https://doi.org/10.1108/JSOCM-08-2016-0039>
- Santana, S. de M. (2016). *Consumir, Deprimir ou Gerir Desafios? Um estudo sobre consumo de álcool, tendência depressiva e habilidades sociais de jovens*. CRV.
- Sawitri, D. R., Hadiyanto, H., & Hadi, S. P. (2015). Pro-environmental Behavior from a SocialCognitive Theory Perspective. *Procedia Environmental Sciences*, 23(Ictcred 2014), 27–33. <https://doi.org/10.1016/j.proenv.2015.01.005>
- Staats, H., Jansen, L., & Thøgersen, J. (2011). Greening the greenhouse grower. A behavioral analysis of a sector-initiated system to reduce the environmental load of greenhouses. *Journal of Environmental Management*, 92(10), 2461–2469. <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2011.05.007>
- Swim, Janet, Howard, George, Clayton, Susan, Doherty, Thomas, Gifford, Robert, Reser, Joseph, Stern, Paul, & Weber, Elke. (2009). *Psychology & Global Climate Change: Addressing a multifaceted phenomeno and set of challenges*. The American Psychological Association

Task Force on the Interface Between Psychology and Global Climate Change.
<https://www.apa.org/science/about/publications/climate-change>

- Tabernerero, C., Hernández, B., Cuadrado, E., Luque, B., & Pereira, C. R. (2015). A multilevel perspective to explain recycling behaviour in communities. *Journal of Environmental Management*, *159*, 192–201. <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2015.05.024>
- Truelove, H. B., Carrico, A. R., & Thabrew, L. (2015). A socio-psychological model for analyzing climate change adaptation: A case study of Sri Lankan paddy farmers. *Global Environmental Change*, *31*, 85–97. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2014.12.010>
- Yazdanpanah, M., Feyzabad, F. R., Forouzani, M., Mohammadzadeh, S., & Burton, R. J. F. (2015). Predicting farmers' water conservation goals and behavior in Iran: A test of social cognitive theory. *Land Use Policy*, *47*, 401–407. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2015.04.022>
- Zhao, G., Cavusgil, E., & Zhao, Y. (2016). A protection motivation explanation of base-of-pyramid consumers' environmental sustainability. *Journal of Environmental Psychology*, *45*, 116–126. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2015.12.003>

APÊNDICES

Apêndice A - Questionário Sociodemográfico

Protocolo nº _____

Data: ____ / ____ / ____

Iniciais: _____

Tese de Doutorado em Psicologia Clínica

Prática Pró-Ambiental no Trabalho, Autoeficácia e Repercussões nas Interações Sociais e Familiares

QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

Sexo: Masculino () Feminino ()

Idade: ____ anos

Estado Civil: Solteiro () Casado(a)/União de fato () Divorciado(a)/Separado(a) () Viúvo(a) ()

Número de Filhos: ____

Escolaridade: Analfabeto(a) () Sabe ler e escrever () Ensino primário ou fundamental ()

Ensino secundário ou médio () Curso Superior ()

Qual a sua ocupação nesta instituição?

Há quanto tempo trabalha na instituição?

Como classifica a sua situação econômica: Ruim () Média () Boa ()

Qual o valor aproximado da sua renda familiar?

0 a 2 salários mínimos ()

2 a 4 salários mínimos ()

4 a 6 salários mínimos ()

Mais que 6 salários mínimos ()

Você participou de curso(s) ou treinamento(s) sobre meio ambiente e sustentabilidade?

Em que período aproximado (mês/ano)?

Apêndice B - Roteiro da entrevista

Como é que você utiliza a água e a energia em casa, no trabalho, e em outros ambientes, como no seu bairro, por exemplo?

E quanto ao lixo, como você lida no seu dia a dia, em casa, no trabalho, e em outros ambientes?

ANEXOS

5. Cerrar la llave del agua mientras me lavo los dientes	
6. Utilizar paneles solares para ahorrar energía	
7. Cuidar el agua	
8. Evitar tirar basura	
9. Contribuir en el cuidado de la energía	
10. Reportar una fuga de agua si la veo	
11. Aprender a ahorrar energía	
12. Guardar papel para después reutilizarlo	
13. Reutilizar cuadernos que aún sirven	
14. Almacenar agua en botes o tambos si esta escasea	
15. Reclamar si alguien tira basura	
16. Ocupar el agua de la lavadora para lavar el patio o la banqueta	
17. Mantener la luz eléctrica apagada si hay luz solar	
18. Separar la basura en orgánica e inorgánica	
19. Cerrar la llave del agua mientras me lavo las manos	

20. Apagar la luz cuando no la utilizo	
21. Separar el papel, el plástico y el vidrio	
22. Contribuir a la solución de falta de agua	
23. Reutilizar las bolsas de plástico	
24. Cerrar la llave del agua mientras lavo los trastes	
25. Controlar la cantidad de energía eléctrica que gasto	
26. Servirme solo el agua que me voy a tomar	
27. Reducir la cantidad de basura que genero	
28. Cerrar la llave del agua mientras me baño	
29. Utilizar la luz solo cuando la ocupo	
30. Usar pilas recargables	
31. Utilizar focos ahorradores de energía	
32. Rechazar utilizar envases de unicel	
33. Ahorrar energía eléctrica	
<i>Soy capaz de:</i>	Grado de capacidad o confianza de 1 a 10
34. Reclamar si alguien desperdicia agua	

35. Apagar la televisión si no la estoy viendo	
36. Ahorrar agua	
37. Evitar desperdiciar la luz	
38. Guardar la basura si no hay un bote cerca	
39. Lavarme los dientes utilizando el agua de menos de un vaso	
40. Reutilizar las botellas de plástico	
41. No contaminar el agua	
42. Comprar productos reciclados	
43. Reclamar si alguien desperdicia la luz	
44. Llevar las pilas utilizadas a un depósito	

¡GRACIAS POR TU AYUDA!

Anexo B - Email com a Autorização dos Autores da Escala Original

Jorge Palacios
<drjpalacios81@gmail.com>

ter., 5 de set. de
2017 13:11

para JOSE, mim, marcos.bustos Suely

Estimada Maria Augusta Ferreria.

Es un gusto conocer de tu interés en nuestro trabajo sobre autoeficacia ambiental y que sea de utilidad en tu proyecto doctoral, en archivo adjunto te anexo la escala completa con todos los ítems que utilizamos en la versión original, para que realices su validación en Brasil.

Tanto al Dr. Marcos Bustos como a mí, nos gustaría establecer colaboración con tu equipo de trabajo, a fin de elaborar un artículo sobre la comparación de la autoeficacia en ambos países y estrechar vínculos de investigación entre ambos equipo de estudio.

Nos mantenemos a la espera de tus comentarios

Saludos cordiales

Dr. Jorge Palacios y Dr. Marcos Bustos

Anexo C - Escala de Autoeficácia Ambiental Traduzida e Adaptada para o Português

Protocolo nº _____

Data: ____ / ____ / ____

Iniciais: _____

Sexo: Masculino () Feminino

()

Idade: _____

Programa de Doutorado em Psicologia Clínica

ESCALA DE AUTOEFICÁCIA AMBIENTAL

(Versão brasileira adaptada de Palácios & Bustos, 2013)

Este questionário tem por objetivo conhecer aspectos de sua relação com o meio ambiente em suas atividades diárias. Para tanto, necessitamos de sua ajuda, respondendo às perguntas a seguir. **NÃO** há respostas certas ou erradas. Suas respostas são anônimas e serão utilizadas para fins de pesquisa. Agradecemos que você seja sincero(a) e não deixe de responder nenhuma pergunta.

Em seguida, por favor, avalie o quanto capaz você se sente em fazer o que apresentamos abaixo. Assinale de 0 a 10 o nível de confiança ou capacidade que você tem para realizar as seguintes atividades usando a seguinte escala:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Nada Capaz				Mais ou Menos Capaz					Muito Capaz

<i>Sou capaz de:</i>	Grau de capacidade ou confiança de 1 a 10
1. Tomar banho em menos tempo para economizar água	
2. Separar o lixo em diferentes lixeiras	
3. Contribuir com o gasto familiar economizando luz	
4. Usar folhas nos dois lados	
5. Fechar a torneira quando escovo os dentes	
6. Usar placas solares para economizar energia	
7. Cuidar da água	
8. Evitar jogar lixo	
9. Contribuir com o cuidado com a energia	
10. Avisar sobre um vazamento de água se o vejo	
11. Aprender a economizar energia	
12. Guardar papel para depois reutilizar	

13. Reutilizar cadernos se ainda servem	
14. Armazenar água em potes e baldes se está pouca	
15. Reclamar se alguém joga lixo	
16. Usar a água da máquina de lavar roupas para lavar o quintal ou a calçada	
17. Manter a luz elétrica desligada se há luz do sol	
<i>Sou capaz de:</i>	Grau de capacidade ou confiança de 1 a 10
18. Separar o lixo orgânico do inorgânico	
19. Fechar a torneira quando lavo as mãos	
20. Desligar a luz quando não a utilizo	
21. Separar o papel, o plástico e o vidro	
22. Contribuir com a solução para a falta de água	
23. Reutilizar sacolas plásticas	
24. Fechar a torneira quando lavo os pratos	

25. Controlar a quantidade de energia elétrica que gasto	
26. Usar somente a água que vou tomar	
27. Reduzir a quantidade de lixo que produzo	
28. Fechar a torneira durante o banho	
29. Utilizar a luz apenas quando necessito	
30. Usar pilhas recarregáveis	
31. Usar lâmpadas que economizem energia	
32. Rejeitar o uso de embalagens de isopor	
33. Economizar energia elétrica	
34. Reclamar se alguém desperdiça água	
35. Desligar a televisão se não estou assistindo.	
36. Economizar água	
37. Evitar desperdiçar luz	
38. Guardar o lixo se não há uma lixeira por perto	

39. Escovar os dentes utilizando menos de um copo de água	
40. Reutilizar garrafas plásticas	
41. Não contaminar a água	
42. Comprar produtos reciclados	
43. Reclamar se alguém desperdiça luz	
44. Levar as pilhas usadas a um depósito	

OBRIGADO POR SUA AJUDA!

Anexo D - Carta de Aceite**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO****CARTA DE ANUÊNCIA**

Declaramos para os devidos fins, que aceitaremos a pesquisadora Maria Augusta Soares de Oliveira Ferreira a desenvolver o seu projeto de pesquisa Prática Pró-Ambiental no Trabalho, Autoeficácia e Repercussões nas Interações Sociais e Familiares, que está sob a coordenação/orientação da Profa. Suely de Melo Santana, cujo objetivo é analisar a relação entre a crença de autoeficácia e as práticas pró-ambientais nos ambientes laboral, familiar e social, na Advocacia-Geral da União em Recife/Pernambuco.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento da pesquisadora aos requisitos das Resoluções do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares, comprometendo-se utilizar os dados pessoais dos participantes da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Antes de iniciar a coleta de dados a pesquisadora deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Recife, em 01/ 10/2018.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Lúcia', written over a horizontal line.

MARIA LÚCIA CARVALHO DE PAULA

Superintendente Regional da Superintendência de Administração em Pernambuco
(SAD/PE) da Advocacia- Geral da União

Anexo E - Carta de Anuência - Advocacia-Geral da União**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO****CARTA DE ANUÊNCIA**

Declaramos para os devidos fins, que aceitaremos a pesquisadora Maria Augusta Soares de Oliveira Ferreira a desenvolver o seu projeto de pesquisa Prática Pró-Ambiental no Trabalho, Autoeficácia e Repercussões nas Interações Sociais e Familiares, que está sob a coordenação/orientação da Profa. Suely de Melo Santana, cujo objetivo é analisar a relação entre a crença de autoeficácia e as práticas pró-ambientais nos ambientes laboral, familiar e social, na Advocacia-Geral da União em Recife/Pernambuco.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento da pesquisadora aos requisitos das Resoluções do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares, comprometendo-se utilizar os dados pessoais dos participantes da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Antes de iniciar a coleta de dados a pesquisadora deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Recife, em 01/ 10/2018.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Lúcia Carvalho de Paula', written over a horizontal line.

MARIA LÚCIA CARVALHO DE PAULA

Superintendente Regional da Superintendência de Administração em Pernambuco
(SAD/PE) da Advocacia- Geral da União

Anexo F - Carta de Anuência - Tribunal Regional Eleitoral

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO
GABINETE DA DIRETORIA GERAL
Av. Gov. Agamenon Magalhães, 1.160 - Bairro Graças - CEP 52010904 - Recife - PE
Telefone: (81) 3194-9200

PROCESSO: **0034762-91.2018.6.17.8000**
INTERESSADO: **Maria Augusta Soares de Oliveira Ferreira**
ASSUNTO: **Convênio. Pesquisa Doutorado.**

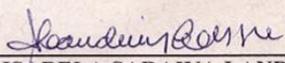
CARTA DE ANUÊNCIA

Declaramos, para os devidos fins, aceitar a pesquisadora Maria Augusta Soares de Oliveira Ferreira para desenvolver seu projeto de pesquisa Prática Pró-Ambiental no Trabalho, Autoeficácia e Repercussões nas Interações Sociais e Familiares, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia / Universidade Católica de Pernambuco. Referido Projeto está sob a coordenação/orientação da Prof^a Suely de Melo Santana, e tem por objetivo analisar a relação entre a crença de autoeficácia e as práticas pró-ambientais nos ambientes laboral, familiar e social, no Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento pela pesquisadora do que estabelecem as Resoluções do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares, comprometendo-se a utilizar os dados pessoais dos participantes da pesquisa exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Antes de iniciar a coleta de dados, a pesquisadora deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Recife, em 01/ 10/ 2018.


ALDA ISABELA SARAIVA LANDIM LESSA
Diretora Geral

Anexo G - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

1. Você está sendo convidado para participar da pesquisa Prática Pró-Ambiental no Trabalho, Autoeficácia e Repercussões nas Interações Sociais e Familiares
2. Você foi selecionado em razão do seu trabalho em órgão público e sua participação não é obrigatória.
3. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento.
4. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição em que você trabalha.
5. O objetivo deste estudo é compreender como as práticas pró-ambientais são incorporadas no ambiente de trabalho e refletidas nas interações sociais e familiares.
6. Sua participação nesta pesquisa consistirá em resposta a um questionário.
7. Os riscos relacionados com sua participação são mínimos, se houver, relacionado ao desconforto de responder a alguns questionamentos, será garantido o direito a cessação da participação e retirada do consentimento em qualquer fase da pesquisa.
8. Os benefícios relacionados com a sua participação são contribuir para a melhoria da gestão ambiental e para o aperfeiçoamento de políticas públicas de preservação ambiental.
9. As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação.
10. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação (informar, de acordo com o método utilizado na pesquisa, como o pesquisador protegerá e assegurará a privacidade).
11. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

DADOS DO PESQUISADOR PRINCIPAL (ORIENTADOR)

Santana
 Suely de Melo Santana
 Rua Almeida Cunha, 245, Bloco G4, 7º andar, setor E
 CEP - 50.050 - 480, Boa Vista/Recife - PE, Brasil
 Telefone (+55) 81 2119 40 96

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UNICAP, localizado na RUA DO PRÍNCIPE, 526 – BOA VISTA – BLOCO C – 3º ANDAR, SALA 306 – CEP 50050-900 - RECIFE – PE – BRASIL. TELEFONE: (81)2119-4041 ou 2119-4376 – ENDEREÇO ELETRÔNICO: cep_unicap@unicap.br

Havendo dúvida / denúncia com relação à condução da pesquisa deverá ser dirigida ao referido CEP no endereço acima citado.

Recife, ____ de _____ de ____

=====

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA - CONEP
 SRTV 702, Via W 5 Norte - Edifício PO 700, 3º andar - Asa Norte
 CEP: 70719-000 - Brasília-DF

Anexo H - Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Prática Pró-ambiental no Trabalho, Autoeficácia e Repercussões nas Interações Sociais e Familiares

Pesquisador: SUELY DE MELO SANTANA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 96368718.9.0000.5206

Instituição Proponente: Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP/PE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.987.574

Apresentação do Projeto:

Apresentação do Projeto

Projeto de Tese de Doutorado em Psicologia Clínica da Unicap, intitulado "Prática Pró-Ambiental no Trabalho, Autoeficácia e Repercussões nas Interações Sociais e Familiares". Nesse sentido, comportamentos pró-ambientais vêm sendo promovidos pelos programas públicos de gestão socioambiental, como parte de uma política brasileira de desenvolvimento sustentável. São visadas mudanças cognitivas e comportamentos dos servidores no ambiente de trabalho. Tenta-se reduzir o consumo, gerando uma economia de recursos naturais e diminuir a geração de resíduos nos órgãos públicos, além de reutilizar, aumentar a vida útil dos produtos e bens utilizados pela Administração no seu dia-a-dia. Por sua vez, a crença de autoeficácia é a crença que uma pessoa tem em sua capacidade para alcançar seus objetivos, que a motiva a agir e a perseverar em determinada direção. Desse modo, surgem dois problemas: Qual a relação dessas mudanças com a crença de autoeficácia dos servidores? Em qual medida essas alterações se consolidam e se generalizam para além do ambiente profissional? Portanto, será estudada a influência da crença de autoeficácia nas práticas pró-ambientais aprendidas em um órgão público federal por trabalhadores terceirizados - encarregados da limpeza, conservação e da copeiragem -, bem como na sua generalização para o ambiente social e familiar. A fundamentação teórica baseia-se na Teoria Social Cognitiva (TSC) aplicada à gestão ambiental.

Hipótese: A crença de autoeficácia influencia na incorporação das práticas pró-ambientais nos

Endereço: Rua do Príncipe, nº 526 - Bloco C - 3º Andar - Sala 306
Bairro: Boa Vista **CEP:** 50.050-900
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)2119-4041 **Fax:** (81)2119-4004 **E-mail:** cep_unicap@unicap.br



Continuação do Parecer: 2.987.574

contextos laboral, familiar e social

Metodologia: Tipo de estudo: Estudo correlacional misto e de caráter sequencial explanatório. Trata-se de um projeto de métodos mistos, inicialmente através de uma fase quantitativa e depois, de uma fase qualitativa. **Local de estudo:** Advocacia Geral da União e Tribunal Regional Eleitoral: Ocorrem capacitações regulares, através de reuniões, palestras e cursos. **Participantes:** Cerca de 200 trabalhadores terceirizados de ambos os sexos. **Instrumentos:** Questionário sociodemográfico, Escala de autoeficácia ambiental, Entrevistas semiestruturadas que serão aplicadas na fase qualitativa, entre os participantes que obtiveram os cinco maiores e menores escores na Escala de Autoeficácia. **Crítérios de Inclusão:** Ter 18 anos ou mais, ser trabalhador (a) terceirizado(a), trabalhar como encarregado(a) da limpeza, copa e conservação predial, ter participado da capacitação interna de gestão ambiental. **Crítério de Exclusão:** Ter se afastado do trabalho por um período superior a dois meses consecutivos e ter menos de 06 meses de serviço na instituição.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Analisar a relação entre a crença de autoeficácia e as práticas pró-ambientais nos ambientes laboral, familiar e social.

Objetivo Secundário: Caracterizar as práticas pró-ambientais e seu desenvolvimento nos últimos 10 anos na gestão pública brasileira; analisar a estrutura dos programas pró-ambientais desenvolvidos na Advocacia-Geral da União e no Tribunal Regional Eleitoral em Recife; identificar o perfil sociodemográfico funcional dos trabalhadores terceirizados; verificar as crenças de autoeficácia ambiental desses trabalhadores terceirizados; identificar as mudanças cognitivas e comportamentais referidas pelos trabalhadores terceirizados nos ambientes laboral, familiar e social; correlacionar a crença de autoeficácia ambiental com as práticas pró-ambientais no trabalho e demais ambientes.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Em relação aos riscos, apesar da pesquisa não envolver procedimentos invasivos, existe um risco mínimo decorrente do desconforto de responder a alguns questionamentos. Dessa forma, será garantido o direito de cessação de participação e retirada do consentimento em qualquer fase da pesquisa. Se ainda houver necessidade, o participante será encaminhado à Clínica de Psicologia da Unicap. Em se tratando dos benefícios, pode ser uma contribuição científica e acadêmica, sendo, igualmente, planejadas palestras em órgãos públicos, visando aprimorar a gestão ambiental e educar os trabalhadores em torno das práticas pró-ambientais.

Endereço: Rua do Príncipe, nº 526 - Bloco C - 3º Andar - Sala 306
Bairro: Boa Vista **CEP:** 50.050-900
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)2119-4041 **Fax:** (81)2119-4004 **E-mail:** cep_unicap@unicap.br



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
PERNAMBUCO - UNICAP/PE



Continuação do Parecer: 2.987.574

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa apresenta uma relevância acadêmica e social a partir de uma articulação entre a Psicologia Social Cognitiva e os Modelos de Preservação Socioambiental. Excelente qualidade de articulação conceitual, teórica e metodológica.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Presentes e adequados: Termo de Compromisso e Confidencialidade, Declaração de Aprovação do Projeto de Tese pelo Colegiado da Pós-Graduação em Psicologia Clínica da Unicap, Carta de Anuência do Laboratório de Família, Interação Social e Saúde da Unicap, TCLE, Folha de Rosto e Cartas de Aceite da Advocacia Geral da União e do TRE.

Recomendações:

Nenhuma

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Resolveu as pendências prévias.

Considerações Finais a critério do CEP:

O CEP acompanha o parecer do relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1168456.pdf	15/10/2018 12:41:34		Aceito
Outros	CartaAnuenciaAGU.pdf	15/10/2018 12:40:40	SUELY DE MELO SANTANA	Aceito
Outros	CartadeAnuenciaTRE.PDF	15/10/2018 12:31:35	SUELY DE MELO SANTANA	Aceito
Cronograma	CronogramaPlataformaNovo.pdf	20/08/2018 17:08:33	SUELY DE MELO SANTANA	Aceito
Outros	CurriculoLattesMariaAugustaFerreira.pdf	19/08/2018 20:56:32	SUELY DE MELO SANTANA	Aceito
Outros	CurriculoLattesSuelySantana.pdf	19/08/2018 20:56:02	SUELY DE MELO SANTANA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetodePesquisaMariaAugusta.pdf	07/07/2018 19:29:36	SUELY DE MELO SANTANA	Aceito
Outros	TermodeCompromisso.pdf	07/07/2018 19:15:06	SUELY DE MELO SANTANA	Aceito
Outros	Declaracao.pdf	07/07/2018 19:12:54	SUELY DE MELO SANTANA	Aceito

Endereço: Rua do Príncipe, nº 526 - Bloco C - 3º Andar - Sala 306
Bairro: Boa Vista **CEP:** 50.050-900
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)2119-4041 **Fax:** (81)2119-4004 **E-mail:** cep_unicap@unicap.br



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
PERNAMBUCO - UNICAP/PE



Continuação do Parecer: 2.987.574

Outros	CartadeAnuencia.pdf	07/07/2018 19:10:19	SUELY DE MELO SANTANA	Aceito
Orçamento	OrcamentoPlataforma.pdf	02/07/2018 18:20:02	SUELY DE MELO SANTANA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	02/07/2018 17:34:54	SUELY DE MELO SANTANA	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto.pdf	02/07/2018 17:33:46	SUELY DE MELO SANTANA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RECIFE, 29 de Outubro de 2018

Assinado por:

**Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo
(Coordenador(a))**

Endereço: Rua do Príncipe, nº 526 - Bloco C - 3º Andar - Sala 306
Bairro: Boa Vista **CEP:** 50.050-900
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)2119-4041 **Fax:** (81)2119-4004 **E-mail:** cep_unicap@unicap.br